



SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2022

ATA

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, nesta Vila de Nelas e Edifício Multiusos, reuniu, pelas vinte e uma horas, a Assembleia Municipal de Nelas, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

- 1.1 - Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de 25 de fevereiro de 2022;
- 1.2 - Leitura do Expediente;
- 1.3 - Assuntos diversos dos da “Ordem do Dia”, de interesse para o Município. (Informações, Pedidos de esclarecimento, Recomendações, etc.)

2 – PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”

- 2.1 - Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09;
- 2.2 - Apreciação e votação, nos termos do artigo 25.º, n.º 2, al. 1), da Lei n.º 75/2013, de 12/09, dos documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2021 e remessa dos mesmos ao Tribunal de Contas;
- 2.3 - Aprovação da 1.ª Revisão Orçamental do ano de 2022;
- 2.4 - Designação de um Presidente de Junta de Freguesia, em representação das Freguesias do Concelho, para a Constituição do Conselho Municipal de Educação;
- 2.5 – Aprovação do Acordo de financiamento das atividades exercidas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de delegação de competências relacionadas com o Sistema de Mobilidade e Serviço Público de Transporte de Passageiros no ano de 2022 a celebrar entre a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e os seus Municípios Associados;
- 2.6 - Aprovação da Proposta/Minuta de Contrato de Delegação de Competências do Município de Nelas no Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim;
- 2.7 - Aprovação da Proposta/Minuta de Contrato de Delegação de Competências do Município de Nelas no Agrupamento de Escolas de Nelas.

O Senhor Presidente da Assembleia, Dr. José Albuquerque Vaz:

- Muito boa noite a todos.

Agradecia que tomassem os vossos lugares. Estamos com 20 minutos de atraso.

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhoras e Senhores que estão no Público.

Muito obrigado por terem vindo.

Antes de entrarmos na Ordem de Trabalhos, como podem verificar, falta a Primeira Secretária e a Segunda Secretária da Mesa da Assembleia e então, depois de ter falado com os respetivos Líderes de cada Bancada, iria convocar, para Primeira Secretária a Senhora Deputada Carlinda Duarte de Jesus Oliveira Loureiro, que já está habituada, e a Segunda Secretária a Senhora Deputada Maria Antónia Ferreira Casquilha Figueiredo. Faz favor.

Então, estando completa a Mesa, íamos proceder à chamada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

(A Senhora Primeira Secretária Carlinda Duarte de Jesus Oliveira Loureiro procedeu à chamada dos Senhores Deputados Municipais)

A Senhora Primeira Secretária:

- Faltam cinco Senhores Deputados.

(Faltaram os Senhores Deputados: Maria José Serol de Brito Correia, João Alfredo Lopes Ferreira, Maria José Figueiredo Paiva Sousa Cabral, Ana Carla Figueiredo Luzio e António Fernandes da Costa).

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Feita a chamada, verifica-se que faltam cinco Senhores Deputados. Eu tenho, a comunicar a justificação: da Senhora Deputada Maria José Serol de Brito Correia, que apresentou justificação no dia 26 de abril; do Senhor Deputado João Alfredo Lopes Ferreira, que apresentou justificação no dia 27 de abril; a justificação da Senhora Deputada Maria José Figueiredo Paiva Sousa Cabral, que apresentou justificação no dia de ontem, dia 28 de abril; da Senhora Deputada Ana Carla Figueiredo Luzio, que apresentou justificação no dia 29 de abril. O Senhor Deputado António Fernandes da Costa encontra-se doente e também está justificada a sua falta.

Então, como verificaram no início dos trabalhos, quanto à composição da Mesa, o artigo 3.º, do Regimento, refere no seu ponto 3: Na ausência simultânea de todos, ou da maioria dos Membros da Mesa, como é o caso, a Assembleia elege por voto secreto, de entre os Membros presentes, o número necessário de Elementos para integrar a Mesa que vai presidir à reunião.

Isto é o que diz o Regimento. O Plenário optou por outra solução para não perdermos mais tempo. E fez muito bem. Podemos, então, agora, aberta a Sessão, dar início aos trabalhos.

E o ponto n.º 1.1 é - Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de 25 de fevereiro de 2022. Os Senhores Deputados todos receberam a ata. Perguntava se têm considerações a fazer sobre a ata do passado dia 25 de fevereiro. Parece que não.

Então, iríamos proceder à sua votação. Quem se abstém? Uma abstenção. Quem vota contra? Então, está aprovada, por maioria, com uma abstenção.

Leitura do Expediente. Ponto 1.2 deste Período de Antes da Ordem do Dia.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

- E-mail, datado de 22 de fevereiro de 2022, do Senhor Marco Miguel Figueiredo Ferreira, informando que, por motivos profissionais, não lhe é possível assumir funções de Membro da Assembleia Municipal;

- Museu do Caramulo – Convite para a re-inauguração oficial das salas de arte e expansão do espaço, dia 23 de abril de 2022;

- E-mail, datado de 22 de março de 2022, do Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim – Envio de convocatória para a reunião do Conselho Geral daquele Agrupamento de Escolas;

- E-mail, datado de 05 de abril de 2022, do Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim – Envio de Relatório de Contas do Conselho Geral daquele Agrupamento de Escolas;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- E-mail, datado de 20 de março de 2022, do Senhor Manuel Ferreira Ramos – Envio de Notas Técnicas tendo como tema a apresentação de informação orçamental e financeira municipal pelo Auditor Externo responsável pela Certificação Legal de Contas;
- E-mail, datado de 09 de abril de 2022, do Senhor Manuel Ferreira Ramos – Relatório do Estatuto do Direito de Oposição;
- E-mail, datado de 04 de abril de 2022, do Senhor Secretário-Geral da Associação Nacional de Assembleias Municipais – Envio de Regulamento dos “Prémios ANAM”;
- Ofício n.º 2675, datado de 20 de abril de 2022, da Câmara Municipal de Nelas – Pedido de inclusão de assuntos para a sessão ordinária da Assembleia Municipal, marcada para o dia 29 de abril de 2022;

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA

- Ofício n.º 02/2022, datado de 22 de fevereiro de 2022, enviado à Ex.m.ª Senhora Maria da Conceição Viana Sacramento Monteiro, convocando-a para integrar o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, desta Assembleia Municipal, em virtude do Senhor Deputado Municipal Carlos Manuel Monteiro Almeida ter renunciado ao mandato e o Senhor Marco Miguel Figueiredo Ferreira ter comunicado a sua impossibilidade de tomar posse como Membro da Assembleia;
- Ofício n.º 03/2022, datado de 28 de fevereiro de 2022, enviado ao Ex.m.º Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas, dando conhecimento das deliberações tomadas na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada em 25 de fevereiro de 2022;
- Ofício n.º 04/2022, datado de 24 de março de 2022, enviado ao Ex.m.º Senhor André Henriques Nunes Coelho, dando conhecimento do Voto de Louvor aprovado na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada em 27 de dezembro de 2021;
- Ofício n.º 05/2022, datado de 24 de março de 2022, enviado ao Ex.m.º Senhor Presidente da ATMU – Associação dos Ex-Trabalhadores das Minas de Urânio, dando conhecimento do Voto de Louvor aprovado na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada em 27 de dezembro de 2021;
- Ofício n.º 06/2022, datado de 24 de março de 2022, enviado ao Ex.m.º Senhor Carlos Diogo Duarte Rocha, dando conhecimento do Voto de Louvor aprovado na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada em 27 de dezembro de 2021;
- Ofício n.º 07/2022, datado de 18 de abril de 2022, enviado aos Ex.m.ºs Senhores Membros da Assembleia Municipal, convocando-os para a sessão extraordinária de 25 de Abril de 2022;
- Ofício n.º 08/2022, datado de 19 de abril de 2022, enviado aos Ex.m.ºs Senhores Membros da Assembleia Municipal, convocando-os para a sessão ordinária de 29 de abril de 2022;

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Os Senhores Deputados receberam, de facto, uma folha apenas com a Correspondência Recebida e Expedida pela Assembleia. Não sei se têm qualquer esclarecimento que pretendam obter. Também não? Muito bem.

Passaríamos, então, ao ponto 1.3 - Assuntos diversos dos da “Ordem do Dia”, de interesse para o Município. Nesta parte e antes de entrarmos, propriamente, nesta discussão dos assuntos diversos de Antes da Ordem do Dia, eu gostaria de lembrar aos Senhores Deputados que foi neste Período que, na Assembleia anterior, os Senhores Deputados puseram algumas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

questões, nomeadamente o Senhor Deputado António Borges dos Santos, que falou aqui do grande Reservatório de Água e da ligação à EDP, do Projeto de Reutilização das Águas Residuais.

O Senhor Deputado Pedro Pinto trouxe dois Votos de Louvor aos Bombeiros Voluntários do Concelho. Falou no Projeto de Regulamento de Apoios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Concelho.

O Senhor Deputado André Borges pôs algumas questões quanto ao Parque Infantil das Caldas da Felgueira, sobre a exploração de lítio no nosso Concelho, sobre passadeiras e bandas sonoras na Estrada Nacional n.º 231.

O Senhor Deputado João Lopes Ferreira também levantou algumas questões, mas não está.

O Senhor Deputado Rui Costa falou também no Plano Estratégico da Seca para o próximo verão, no grande Reservatório de Água e na ETAR n.º 3, os terrenos à volta da empresa Borgstena, os Trabalhos a Mais no Mercado Municipal.

E na intervenção do Público foram colocadas duas questões pelo Senhor Dr. Alexandre Borges.

Ora bem, o que eu perguntava, antes de entramos neste ponto, é se as explicações que, na altura, o Senhor Presidente da Câmara vos deu, se são suficientes, ou se querem voltar a estes temas. Se entenderem que está devidamente esclarecido podemos, então, avançar para este ponto 1.3.

Faz favor, quem é que se quer inscrever? Os Senhores Deputados Augusto Borges da Silva, João Paulo Guerra e André Borges. Se mais ninguém pretende fazer intervenções neste Período então dava a palavra, em primeiro lugar, ao Senhor Deputado Augusto Borges da Silva.

O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:

- Olá, boa noite a todos.

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores,

Caros Colegas,

Estimado Público,

Não, eu venho só fazer esta pequena intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia porque também gosto de ser consequente relativamente às coisas que trago aqui à Assembleia e, nomeadamente, também muito em concreto relativamente àquilo que trouxe aqui na Assembleia do 25 de Abril relativamente à Estratégia Local de Habitação.

Portanto, a Estratégia Local de Habitação, como sabemos, foi aprovada no ano passado, por unanimidade, tanto na Câmara, como na Assembleia Municipal, com o voto a favor, inclusivamente do, hoje Senhor Presidente da Câmara, na altura, o Senhor Vereador Joaquim.

E, portanto, o que eu queria saber, no fundo, era se se revê nas declarações do Senhor Vereador? De que maneira é que nós podemos olhar para o futuro, no Concelho de Nelas, em matéria de Habitação? Sendo certo que aquilo que está previsto para a Habitação Social não é apenas para as Etnias, mas também para um grupo indiscriminado de pessoas, inclusivamente, para requalificação de habitações nas Freguesias que tenham condições de habitabilidade degradadas.

E, portanto, no fundo e muito concretamente, a minha questão é se se revê nas declarações do Senhor Vereador? O que é que podemos esperar para o futuro em matéria de habitação no Concelho de Nelas?

Muito obrigado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Então, dava a palavra agora ao Senhor Deputado que se inscreveu em segundo lugar.

O Senhor Deputado André Borges:

- Boa noite Senhor Presidente,
Membros da Mesa,
Senhores Deputados,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Público em geral.

Vou só pegar numa intervenção que eu tive na passada Assembleia, só para completar, sobre o estacionamento junto aos CTT. Há um Edital publicado em Diário da República que a Câmara Municipal pode alterar o estacionamento dos táxis. Não é obrigatório por Lei, mas manter-se no sítio onde está.

Depois, também só para dar nota que eu tive conhecimento que deu entrada em 2014 um pedido do tal morador que eu fiz referência, que é o Processo 2014/A01P02/4, que até hoje não obteve qualquer tipo de resposta. Agradeço que depois vejam esta situação. Depois, no futuro, iremos falar.

Dando, agora, então, início à minha intervenção, nós estamos num período de limpeza dos combustíveis florestais para criação de faixas de segurança para pessoas e bens. O que, infelizmente, não abrange a limpeza de terrenos privados em espaço urbano, o que já levou os Municípios vizinhos a agirem nesse sentido.

Por existir um vazio legal no que se refere a limpeza de terrenos privados situados em espaços urbanos e urbanizáveis é urgente criar um Regulamento que aborde esta matéria, a qual se reveste de grande importância tendo em conta reclamações existentes ao longo dos anos e às quais não se consegue dar seguimento adequado por falta de enquadramento legal pondo, assim, em causa a segurança e a proteção de pessoas e bens dentro das localidades. Sugiro, então, ao Executivo que tenha esta questão em consideração e que elabore, ou que não sei se já está a ser elaborado, ou não, um Regulamento que dê resposta a esta falha.

Em relação ao combate da Vespa Velutina, a CIM Viseu Lafões aprovou um projeto de deteção e combate a esta espécie. Esse projeto prevê a aquisição de equipamentos para deteção e combate a esta espécie, bem como a divulgação de procedimentos de monitorização junto de Técnicos dos Gabinetes Técnicos Florestais e Serviços Municipais de Proteção Civil, entre outras Entidades.

Pergunto: Quais os meios que o Município dispõe para esse combate? E se possui uma Equipa própria para a destruição de ninhos ou se ainda estamos dependentes de uma Equipa externa que se desloca ao Município?

Por hoje, é tudo. Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado André Borges. Então, para a sua intervenção, Senhor Deputado João Paulo.

O Senhor Deputado João Paulo Guerra:

- Boa noite Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente da Câmara,
Restante Executivo,
Caros Colegas,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Caríssimo Público.

Ora, trago uma Moção de Solidariedade e resposta para com Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários, que vou passar a ler.

Os Corpos de Bombeiros mantidos por Associações Humanitárias de Bombeiros (AHBV) prestam anualmente mais de 1 milhão e meio de serviços em todo o território nacional.

Prevenção, Vigilância e Combate a incêndios, Emergência Pré-Hospitalar, Socorro e Acidentes Rodoviários, Ferroviários e Aéreos, Transporte de Doentes, Abastecimento de Água e muitas outras missões de socorro e apoio às populações, fazendo dos Corpos de Bombeiros o principal pilar do Sistema de Proteção e Socorro em Portugal, no geral e no nosso Concelho em particular.

As Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, em consequência do enquadramento legal do financiamento, das sucessivas sub-orçamentações nos Orçamentos de Estado e das condições em que prestam os serviços no âmbito da Emergência Pré-Hospitalar e transporte de doentes ao Ministério da Saúde, há muito que vivem grandes dificuldades económicas, que nos últimos anos, com a pandemia, foram substancialmente agravadas com o aumento das despesas e a diminuição de receitas.

O brutal aumento dos preços dos combustíveis, para muitas Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários já está a pôr em causa o socorro e a emergência que asseguram às populações e o mesmo poderá acontecer a outras. O Governo anunciou que vai apoiar com 1.500,00 euros cada Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários, a título de adiantamento da compensação transitória dos encargos com combustíveis, medida que fica muito aquém de que os Bombeiros necessitam e merecem.

Entre as medidas que se impõem implementar num justo regime de financiamentos das Associações conta-se a criação de um modelo de bonificação permanente dos combustíveis utilizados no exercício da missão dos Corpos de Bombeiros, vulgarmente designado gasóleo verde.

Assim, a Assembleia Municipal de Nelas, reunida em 29 de abril de 2022, delibera:

1 - Expressar a sua solidariedade à(s) Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do nosso Concelho, à Federação dos Bombeiros do Distrito e à Liga dos Bombeiros Portugueses.

2 - Apelar ao Governo e aos Grupos Parlamentarem que legislem, rapidamente, para que os Bombeiros tenham, finalmente, acesso ao gasóleo verde.

3 - Recomendar ao Ministério da Saúde para cobrir os custos efetivos dos serviços protocolados e prestados pelos Corpos de Bombeiros no âmbito da Emergência Pré-Hospitalar e Transporte de Doentes.

Nelas, 29 de abril de 2022.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Importa-se de entregar à Mesa?

O Senhor Deputado João Paulo Guerra:

- Sim Senhor. Faça favor.

E agora queria pedir uns esclarecimentos ao Executivo. Tenho três coisas a perguntar:

O que se está a fazer para repor o horário do Centro de Saúde e o Serviço de Urgência no nosso Centro de Saúde de Nelas?

Em que pé estão os esgotos a céu aberto no nosso Concelho? Que não são assim tão poucos, Carvalhal Redondo, Lapa do Lobo, Senhorim.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

E, terceiro: Em que andamento está o processo da desagregação das Freguesias de Agueira e Moreira?

É só. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Depois, então, votamos no final por uma razão, porque há mais uma intervenção do Senhor Deputado Rui Costa.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Boa noite Senhor Presidente da Assembleia,
Senhoras Secretárias da Mesa,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhoras e Senhores Vereadores,
Senhoras Deputadas, Senhores Deputados,
Caro Público.

Queria aqui deixar, já que no passado dia 25 de Abril que, como sabem, são as Comemorações e quando são as Comemorações, portanto, as intervenções são fechadas. Não há direito de resposta, não há pedidos de esclarecimentos, etc. E eu queria deixar aqui uma nota para a intervenção sobre Habitação Social, que hoje foi aqui referida, e, portanto, não podia deixar de comentar tal situação.

Habitação Social, digamos, é para todos os Cidadãos do Concelho. Se estamos a cingir-nos a certas Etnias estamos a fazer uma sectorização dos Cidadãos deste Concelho. Algo que não devemos fazer. Deveremos apelar a que essa Ação Social seja transversal a todas as pessoas.

Depois, vamos relembrar algo que tinha a ver com esse Protocolo que queriam assinar, que queriam fazer, que tinha a ver com um edifício que está no nosso Concelho há mais de 20 anos por construir. Que, por alguma razão, um edifício privado, que queria a Câmara Municipal comprar sem ter feito um Estudo Prévio de quanto é que custaria, realmente, reconstruir o edifício, para Habitação Social. Isso é que estava em causa, Meus Senhores.

Não podemos levantamo-nos de manhã e dizer assim: Vou àquela Imobiliária comprar o edifício e fazer Habitação Social com o erário público. Será que não havia outras soluções? Se calhar, é isto que devia ser aqui dito. Mas não foi. Foi, digamos, um ataque pessoal a um Vereador que levantou o tema. Se calhar, deveríamos ter mais cuidado com aquilo que dizemos. E, hoje, se calhar, tentou-se reparar aquilo que se disse no dia 25 de Abril. É assim que as coisas se passam.

Outro tema que me trás aqui e queria dar nota a esta Assembleia e a este Público, é que, aqui há uns dias atrás, estivemos perto de um corte de iluminação pública. Ou seja, um ultimato da EDP para cortar o fornecimento de eletricidade ao Concelho. Ora vejamos: Segundo sei, apareceu uma fatura de agosto de 2021 em fevereiro deste ano. O que fez aumentar, exponencialmente, a dívida à EDP, superada em mais de 400.000,00 euros, Meus Senhores.

Ou seja, se calhar, interessava não pagar para fazer outras atividades e, entretanto, deparamo-nos com a possibilidade do corte de energia ao Concelho de Nelas. É triste. Nunca pensei. Um bem básico que é a iluminação pública, que é a eletricidade, deixarmos de pagar e chegarmos a uma situação de 400.000,00 euros.

E posso-vos dizer o seguinte: É pá, podiam ser 400.000,00 euros. Diziam assim: Não sabem quanto é que é a fatura. Mas a média da fatura são 80.000,00 euros. Ora vejamos: São cinco meses de atraso. É, assim: Eu, se em minha casa, chegar a dois meses, cortam-me a luz. Não é? Mas, ou seja, andámos a protelar isto e faturas de agosto aparecerem em fevereiro, é um bocado complicado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Portanto, é uma nota que quero deixar aqui a esta Assembleia porque, realmente, dívidas antigas estão a cair. E outras cairão. E, portanto, teremos que estar atentos a tudo isto.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Faz favor Senhor Deputado. É direito de resposta?

O Senhor Deputado António Borges Santos:

- Boa noite Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Colegas Deputados,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,
Muito boa noite.

Eu só não percebi, na intervenção do Rui, a fatura de 400.000,00 euros apareceu em fevereiro, enviada pela EDP? Mas as outras de outubro, novembro, dezembro, janeiro.

Sim, vamos lá ver: Uma fatura de agosto que, pelo que eu percebi, é de 80.000,00 euros. E, neste momento, são 400.000,00 euros com os outros meses a seguir. Não. Então? Não percebi. Como é que uma fatura aparece agora da EDP, em fevereiro e que vamos imputá-la a agosto porquê? Por alma de quem? É de agosto uma fatura de 400.000,00 euros? Mas qual resto? Mas qual resto? De junho e julho. Deste ano? Então, o que é que temos a ver com isso? Não estou a perceber. Não estou a perceber o que é que temos a ver com isso. Uma fatura de 400.000,00 euros, não estou a perceber.

Ou também somos responsáveis nós pela energia que se gastou em janeiro e fevereiro e em outubro e novembro? Mas, se não estão pagas, deviam estar. Porque se não estão pagas, porque se não estão pagas é porque o Executivo não foi capaz de as pagar. Mas, não venham agora dizer que essa incapacidade de pagar as faturas se deve a algum erro de agosto. Estamos aqui a confundir as coisas. Parece-me. Estamos a falar de 80.000,00 euros de agosto. Agora diz que são 400.000,00 euros de agosto. Então, afinal, como é? Mas a média de quê? É a mesma. Pronto.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Depois o Senhor Presidente da Câmara, se calhar, esclarece melhor isso. Não há mais intervenções. À, Senhora Deputada Carlinda.

A Senhora Deputada Carlinda Loureiro:

- Era dar um apontamento muito simples de agradecimento porque não estamos aqui só para pedir e só para dizer mal. Agradecer o cuidado que o Executivo da Câmara teve na limpeza dos terrenos que circundam o Posto Médico de Canas de Senhorim. Em tempos, quando eu estava ligada a esse Setor, era uma das coisas pela qual eu me batia porque acho que um Posto Médico é sempre um cartão-de-visita da Terra. E, realmente, era agradecer, portanto, o cuidado que tiveram em mandar, realmente, fazer a limpeza atempadamente.

E, por outro lado, também era pedir qualquer coisinha, era dar uma sugestão. Num dos Postos Médicos perto da minha Terra, há, exatamente, um edifício com aquela configuração e que, realmente, tem um telheiro à frente que fica, não só fica muito bem, como, realmente, dá muito jeito para verão, para inverno, para tudo. Pronto, realmente, deixo ao cuidado da Câmara, quando puderem, caso seja possível.

Obrigado. Era só isso.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhora Deputada. Não havendo mais intervenções, então, eu apresentava à apreciação da Moção apresentada pelo Senhor Deputado João Paulo Guerra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Há alguma consideração quanto a esta Moção? Não há. Então, podemos proceder á sua votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Está aprovada por unanimidade.

Então, dava agora a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos que entender suficientes às intervenções que foram feitas aqui pelos Senhores Deputados Municipais. Faz favor, Senhor Presidente. Tem vinte minutos, que é para cumprirmos os sessenta minutos deste Período.

Muito Obrigado.

O Senhor Presidente da Câmara, Dr. Joaquim Augusto Alves Amaral:

- Muito boa noite.

Senhor Presidente, acho que vou cumprir.

Antes de mais, muito boa noite a todos e a todas.

Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia,

As Secretárias de hoje em funções da Assembleia,

As Senhoras e os Senhores Vereadores,

As Senhoras e os Senhores Deputados,

Estimado Público,

Funcionário da Autarquia.

Indo por ordem, na intervenção do Senhor Deputado Augusto Borges da Silva sobre a questão da Estratégia Local de Habitação. Como disse e bem, é uma questão que acho que recolhe a subscrição de todo o espectro político/partidário.

Foi aprovado por unanimidade. Não houve questão quanto a isso. A única questão que havia aqui era, eventualmente, fazer alguma atualização depois no documento, como estava previsto, até com as novas funções com os novos Presidentes de Junta de Freguesia e com os novos Atores Sociais e com as IPSS,s, que houve algumas que, no primeiro documento, não foram auscultadas. E, portanto, a nossa questão, quando foi apresentado o documento, era, precisamente, torná-lo mais abrangente e se necessário, revê-lo. Só para o tornar mais inclusivo. Não o fundamento em si.

E a Habitação Social é mesmo isso. É uma proposta inclusiva. É um dever. É um Primeiro Direito. É um dever nosso, enquanto Cidadãos, enquanto a nossa condição humana. Mas é também direitos e também deveres. Eu acho que é nesse. Andamos aqui com coisas. Eu acho que o Senhor Vereador Artur Ferreira, que está aqui à minha direita, não precisa de Advogado de Defesa. Tem aqui até na Mesa Jurídicos que até o podiam fazer isso.

Mas, eu acho que tem a ver com o contexto. E, portanto, o contexto, eu estava lá na reunião também. E o contexto é, precisamente, essa questão. O que o Senhor Vereador, na minha ótica, se ele assim o entender, depois explicar por palavras dele, fá-lo-á. Mas fui interpelado e estou a responder ao Senhor Deputado, é, precisamente, nessa condição, que é uma questão que tem a ver com um Projeto de Habitação Social. É um Projeto que deve ser inclusivé. Não deve ser circunscrito a ninguém. E, portanto, contemplar, digamos assim, todos os Municípes que estejam em condições de ser contemplados. Eu acho que é nessa aceção. E eu revejo-me nessa aceção da questão. Não na meia palavra, ou na descontextualização do que terá sido a intervenção do Senhor Vereador na reunião de Câmara.

Há, claramente, a ideia, acho que não é, por mais votações que fizéssemos aqui, eram por unanimidade, da Habitação Social. Se não também não estávamos o nosso desígnio de Autarcas, independentemente da função que desempenhemos. E, seguramente, o Público todo e os Municípes assim concordarão com isso. Portanto, parece-me claro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Percebo o que o Senhor Deputado está a falar e dar-lhe-ia até alguma concordância se isso fosse circunscrito nesse apoio de eleger uma parte da população que não fosse recomendável, ou que não pudesse ser exclusiva da Habitação Social. Não foi, de todo, nessa aceção que foi feito. Estava lá era que não podia ser só circunscrito a isso, mas aberto e bem, a todos os Municípios que possam usufruir dessa candidatura. E, seguramente, até pode ser que não consigamos incluí-los a todos, mas é esse o objetivo de toda a gente. Era, seguramente, do Executivo anterior, é deste e será do futuro Executivo, seja ele qual for. Senhor Deputado, se, eventualmente, achar que queira esclarecimentos adicionais sobre esta matéria, terei todo o gosto em facultá-los, se assim o entender.

No que concerne ao Senhor Deputado André Borges, sobre a questão do estacionamento dos táxis, de uma forma sucinta. Os Serviços, o que nos informaram é que, no decorrer do que era a obrigatoriedade de criar, quer as carteiras que havia de Taxistas, quer de estacionamento, foi feito naquele sentido. E, portanto, que era esse o Convénio que existia, não invalidando, como nós dissemos na Assembleia Municipal anterior, que há ali um conjunto que pode inverter isso. Inclusivé, há a intenção da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia de Nelas, já houve reunião nesse sentido, em um objetivo comum que nós falámos, que tem a ver com a Requalificação do espaço do Largo e em concreto, do Escanção que é uma figura icónica, do Estado icónica, do nosso Concelho e a nível mundial.

E, portanto, ao fazer essa Requalificação vai implicar que deixe de haver estacionamentos frontais que lá estejam. Se é feita a Requalificação não faz sentido. Não será muito popular, eventualmente, mas terá que ser feito nesse sentido. E aquele local poderá, de alguma forma, também estar, como tinha dito na última reunião, dentro desse processo de Requalificação. Mas, seguramente, espero eu, na próxima Assembleia também trazer mais informação sobre este assunto ao Senhor Deputado e à Assembleia em geral.

Sobre a questão de que falou do pedido do morador, feito em 2014, eu anotei aqui. Vou, naturalmente, averiguar. Não tenho conhecimento. Confesso. Mas anotei aqui. Vou averiguar e depois informarei o Senhor Deputado sobre a questão e a Assembleia também sobre a questão que colocou.

No que concerne ao Projeto de Detecção e Combate à Vespa Velutina já lá vou atrás depois também à questão dos Regulamentos, é assim: Até agora o combate à Vespa Velutina era feito com recurso a Serviços Externos. Inclusivé, até com Corporações de Bombeiros de Concelhos vizinhos. Há uma candidatura no âmbito da CIM, da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, com o fornecimento de equipamentos para que haja Recursos Humanos para fazer isso. Não foram contemplados muitos dos Concelhos.

Foram três equipamentos. Mas o Município avançou com a aquisição de mais seis equipamentos para propiciar uma forma rápida de intervenção nesta questão que tem efeitos bastante lesivos para a nossa Comunidade. Estamos a falar de um custo de 8.000,00 euros, mas são equipamentos que são importantes. E haverá aqui, no âmbito da Proteção Civil, quer dos Serviços do Município, quer também a ideia que está até subjacente no processo da CIM Viseu Dão Lafões na integração dos Bombeiros e das EIP,s. Aliás, uma das intervenções que havia era mesmo de uma Corporação vizinha.

E, aproveito, já falámos nisso na última Assembleia, que havia, foi feita a candidatura para a criação da 2.^a EIP e foi já aprovada. Foram aprovadas as 2.^{as} Equipas de Intervenção Permanente dos Bombeiros Voluntários de Nelas e de Canas de Senhorim. Durante o próximo mês de maio serão assinados os protocolos. E há, depois, a ideia também de conseguirmos pôr as EIP,s a funcionar no período do verão que também será importante, isso. Mas isto tem a ver até



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

com o conceito que o Município tem da EIP e do compromisso que assumiu em termos de Programa Eleitoral que submeteu, que era a criação da 2.^a EIP.

E a 2.^a EIP era vista, não só numa perspectiva que é importante, que nós todos temos da Proteção Civil imediata, da prevenção e do combate ao incêndio também e à proteção às pessoas, mas também no apoio à Comunidade, nomeadamente, no Apoio Social. Os Bombeiros, tanto de Canas de Senhorim, como de Nelas, têm um conhecimento holístico da situação social do Concelho pelo seu dia-a-dia, pelos transportes que fazem. E, portanto, é uma mais-valia que convém rentabilizar. Além de que vamos passar a dispor de 20 homens e mulheres, 20 mulheres e 20 homens, é melhor por paridade para não ser acusado, que, com uma intervenção rápida, que dê uma resposta rápida a alguma situação que não é desejável, mas pode acontecer, em termos de prevenção. E, simultaneamente, também possa prestar este apoio à população que nós desejamos, não só em termos da Proteção Civil e do apoio às populações neste sentido, mas na questão do Apoio Social, como nos interessa em particular.

Na questão que falou da gestão dos combustíveis em terrenos privados, há já algum tempo, em abono da verdade vem do Executivo anterior, que decorria do que a Lei consignava, um Regulamento Municipal de Gestão de Combustível. Esse Regulamento agora foi mais acelerado com a nova Normativa de 2022 e, muito brevemente, esse Regulamento será submetido à Assembleia Municipal, esperando nós que seja submetido até, inclusivé, na próxima reunião da Assembleia Municipal, que é o Regulamento Municipal de Gestão de Combustível dos terrenos privados também, até, inclusivé, que define questões como o uso do fogo e a questão dos madeireiros que, por muitas vezes, fazem o que fazem e depois acabam por deixar ficar os celulosos para trás e há necessidade que essa intervenção seja feita.

Nesta questão também, o novo Diploma fala nos Planos Operacionais. Neste momento, está a decorrer. A Proteção Civil Distrital também vai mudar. Vai deixar de funcionar por Áreas Distritais e vai funcionar por CIM,s. E, portanto, vai manter-se o mesmo Comando Operacional, o nosso Conterrâneo, o Senhor Comandante Miguel Ângelo. Deixa de ser com os 24 Concelhos e passa a ser com os 14 Concelhos da CIM Viseu Dão Lafões. Neste momento, o que está a ser implementado são os Planos Sub-Regionais de Ação, com os 14 Concelhos todos, com Técnicos e com os Autarcas. E, até ao final do ano, há calendarização para serem implementados os tais Planos Municipais de Execução que virão substituir os Planos Municipais de Defesa da Floresta., E, portanto, julgo que nesta questão, Senhor Deputado, se, eventualmente, não tiver sido cabalmente esclarecido que eu possa adicionar informação, disponha.

Em relação ao Senhor Deputado João Paulo, naturalmente, solidarizamo-nos também. Não podemos votar a Moção apresentada. Sobre a questão do horário do Centro de Saúde, como também é do conhecimento público, aproveito para falar aqui brevemente porque o Senhor Presidente da Assembleia já está a olhar para mim de lado. Falar, brevemente, de uma questão que é importante. A questão da delegação de competências. O Município ainda não assinou o Auto de Transferência de Competências na Área da Saúde. Aliás, muito também na base do que tem sido o procedimento do resto dos Municípios da CIM Viseu Dão Lafões. Só um dos Municípios é que já aceitou o Auto de Transferência. Os outros, nenhum ainda aceitou, também.

Há várias questões ainda em cima da Mesa a negociar. E uma delas, entre outras, também tem a ver com isso. Em abono da verdade não há urgência. Essa figura, essa tipologia não existe. E aí está o prolongamento do horário de atendimento. E está também nas reivindicações que temos e é uma das razões porque ainda não assinámos o Auto de Transferência. Também queremos ter a garantia que seja feita. Há esse compromisso. Mas, esse do repor o que funcionava antes e o alargamento que estava em cima da Mesa também e é uma das questões que estão em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

negociações também, Senhor Deputado, é uma das razões porque ainda não assinámos o Auto de Transferência. Sendo que, independentemente disso tudo, também nos congratulamos. Fizemos também muita força sobre isso e é transversal.

Não queremos a paternidade da questão. Mas a reabertura das Extensões de Saúde, ou dos Polos, mais a terminologia correta, tanto de Carvalhal Redondo/Aguieira e de Santar. Mas em Santar, são também algumas das questões que estavam pendentes no Auto de Transferência que, entretanto, foram concretizadas. Mas há questões também, quer até com os Assistentes Operacionais, quer com os próprios equipamentos, quer com o próprio envelope financeiro que está associado.

Vou falar, por exemplo, do envelope financeiro, o da Educação que já teve que ser aceite a partir de 1 de abril. Temos, a partir deste mês, mais 92 Funcionários na Autarquia, no Município. E o envelope financeiro contempla, de facto, a transferência também de verbas para fazer o pagamento das remunerações dos Funcionários. Logo no primeiro mês tivemos um desfasamento de 6.000,00 euros a menos. E, portanto, estes hiatos e estes ajustamentos, se calhar, não se verificaria se fosse diretamente. Nunca houve queixa disso. Mas aconteceu na transferência. Já pedimos esclarecimento sobre o assunto. O valor é o que é. Mas se nós o multiplicarmos ao longo dos meses, isto, se suceder, não é, propriamente, muito bom.

E também não vinha, entre outras coisas, a questão do seguro, que não vinha contemplado na Bolsa Financeira, digamos assim. E só em seguros que tivemos que fazer, o Município custeou 12.500,00 euros para esse efeito e que não estava na Transferência da Delegação de Competências.

Os esgotos a céu aberto são um problema que nós todos também reconhecemos. É uma preocupação que nós também falámos sobre essa questão. A questão das ETAR,s vai, parcialmente, resolver isso. Não de todo. Os esgotos também. E a atenção também vai ter que ser acrescida. E também tem a ver com o Quadro Comunitário que vem aí, que, eventualmente, também possa vir a contemplar até, inclusivé, a abertura de concursos da nova ETAR porque há ainda coisas para concluir, em particular, em abono da verdade seja dita também, achamos que há uma Freguesia, pela sua especificidade também, tem sido não lembrado, ou por causa da sua complexidade, mas tem os mesmos direitos e merece uma discriminação positiva, que é a Freguesia de Senhorim, que nestas questões não ficou contemplada com a questão da ETAR.

E, sim, ainda agora também lançámos um concurso para tratamento da recolha de lamas e tratamento dos esgotos a céu aberto, que também assumimos como um desiderato para alcançar e esperamos fazer o caminho, caminhando, e que o Senhor Deputado nos vá perguntando isso, sistematicamente e que nós consigamos responder a dizer que já fizemos isto, ou vamos fazendo aquilo também.

Na questão do processo de desagregação das Freguesias, como sabe até porque, se há um Partido que está também incluído no processo, é o que representa. E, portanto, sim. Há um documento. Está a decorrer o procedimento. Não há, até agora, nova comunicação sobre o procedimento. Mas, o que há e há esse entendimento. Vamos ver agora também, nesta nova legislatura, o desenvolvimento da criação das Freguesias que foram extintas. E, estamos a falar, neste caso, seria a União de Freguesias de Santar/Moreira desagregar e ficar a Freguesia de Santar e a de Moreira. E, no caso de Carvalhal Redondo/Aguieira a mesma coisa com Carvalhal Redondo e Agueira. Neste momento, em termos oficiais, para a Câmara não chegou nada. O que nós conhecemos é do conhecimento que é generalizado. E que o procedimento será retomado, eventualmente, sim. Mais do que isso, em termos oficiais, Senhor Deputado, não há informação sobre isso.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Sobre o Senhor Deputado Rui Costa e ao mesmo tempo também aproveito para responder ao Senhor Professor António Borges porque é o mesmo tema, se não se importassem, se calhar, incluía isto na mesma questão. O que acontece é assim: Há processos de faturação que surgiram faturas posteriormente. O que nós estamos a falar é disso também. Estamos a falar, por exemplo, que houve um acumulado de pagamentos e depois um acumulado de faturação que apareceu. A faturação que apareceu tem a ver com meses antes e com meses também decorrentes. O que o Senhor Deputado Rui Costa queria também falar é a fatura dos 198.000,00 euros que ele falou, cerca de 200.000,00 euros, é uma fatura de agosto, do mês de agosto que apareceu em fevereiro. Não, não é disso que estamos a falar.

Deixe-me explicar, Professor Borges. Se depois subsistir alguma dúvida, terei todo o gosto. O que nós estamos a falar é assim: Há uma fatura, no valor de 198.000,00 euros, de agosto, do mês de agosto, que deu entrada ao Serviço, por lapso, que é o que aparece, em fevereiro de 2022, deste valor. O acumulado anterior é que faz, com esta fatura, sejam 400.000,00 euros. Não sei se me estou a fazer entender. Portanto, esta fatura de cerca de 200.000,00 euros, de agosto, junto a outro tanto de faturação acumulada, que dá os tais 400.000,00 euros. Não, não, necessariamente. Também há meses para trás. Há o de agosto e também apanha ali ainda parte de julho, apanha parte de setembro, apanha parte de outubro. Mas nós também alguma fomos regularizando.

O que nós queremos dizer é assim: Essa faturação, Professor Borges, tem faturação também anterior ao processo e bem anterior, nomeadamente, esta de agosto, 200.000,00 euros. Não, não. Também há para trás. É isso que eu estou a dizer, Professor Borges. É um cumulativo desde julho, de setembro, de outubro, de novembro e de dezembro. Se também o entenderem, é assim: Eu gosto muito das coisas às claras. Não custa nada nós depois trazermos esse documento e facultá-lo. Acho que não há nada mais claro e transparente do que isso. Não tenho problemas nenhuns em fazer isso e disponibilizá-lo à Assembleia Municipal o documento porque está lá. E eu digo porque é que está lá. Porque o documento obrigou a que nós recebêssemos um ofício da EDP com uma ameaça velada. Nunca tinha visto aquilo. A dizer: Ou pagam, ou cortamos a iluminação pública. Então, tivemos que negociar um faseamento de pagamento. E ainda ontem tive que fazer uma coisa que não tinha feito. Eu fiz o empréstimo para a minha casa. Estou a pagá-la. E ainda tive que assinar aquilo. Tive que assinar como devedor o documento. Tirei uma fotografia àquilo para memória futura. Nunca se sabe. O devedor. Assinei e a assinatura teve que ser reconhecida no Notário, para eles aceitarem para não ser cortada a iluminação pública. E acho que era disso, digo eu, que o Senhor Deputado estava a falar.

Sobre este assunto do Senhor Deputado Rui Costa, ou se o Senhor Deputado António Borges tiver mais alguma questão que eu possa esclarecer, à vontade. Agora, o que é que eu acho que esclarece, cabalmente, muito aquilo que estamos a falar? É, Senhor Presidente da Assembleia, na próxima, como documento, digamos assim, que ateste isto, nós disponibilizamos o documento para a Assembleia Municipal.

Depois, ainda, falta a questão da Senhora Deputada Municipal Carlinda, que diz esta coisa, que começou bem, por fazer um elogio sobre a limpeza ao Centro de Saúde, o que nós agradecemos. E depois acabou com um pedido que foi a forma muito subtil de dizer: Nós vamos fazer o pedido, mas antes elogiamos. Mas, está certo. Espero ter esclarecido. Remetemos, então, esse documento para a próxima questão.

O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira:

- Muito obrigado Senhor Presidente,
Senhor Presidente da Assembleia,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Muito boa noite.

Na sua pessoa cumprimento todos os presentes.

Só porque foi referido um assunto em que foi envolvido o meu nome, só vinha aqui esclarecer o seguinte, ou esclarecer não, ou aqui afirmar o seguinte: O que foi dito, o que eu sempre disse e acho que há aqui, não há aqui uma baralhação. Há aqui, se calhar, algum cuidado de baralhar as coisas.

Nós estamos a falar de situações totalmente diferentes e totalmente desiguais, se calhar. Aquilo que foi dito logo na altura em que foi feita a aprovação do documento foi que ele seria depois revisto quando fosse mais à frente, por todos também. Depois, o que foi no documento vem uma situação que na altura falámos e a verdade é essa. Estamos aqui a confundir a Habitação Social, Primeiro Direito. Até se falava que era para casais jovens que se queriam fixar no Concelho. Era para tudo. Aquela Estratégia dava para tudo quando fosse para justificar.

E aquilo que foi dito e eu volto a referir é que a Habitação Social é uma coisa. E eu concordo com a Habitação Social. Acho que todos concordamos. Agora, eu, o Senhor Deputado Augusto, o Senhor Deputado Rui Costa, o Senhor Presidente da Câmara, todos temos direito a concorrer à Habitação Social. Pronto.

O Primeiro Direito está tipificado para quem é. São os Estratos Desfavorecidos e Agregados também que estão reconhecidos. E o que houve naquela altura, porque eu sei, foi a mim que vieram ter também, houve uma correria para a Câmara para se inscreverem naquilo. Eles nem sabiam o que era. Só tinham que se inscrever naquilo. E o que eu digo é assim: Habitação Social direta para Etnia Cigana, não. Não concordo. Eles estão no direito. E não concordo.

Agora, Habitação Social que seja de candidatura para eles e para toda a gente, concordo. Para toda a gente, concordo. Concordo porque temos os direitos, mas temos que ter os deveres também. Foi também o que aqui aconteceu no 25 de Abril. Há os direitos e os deveres. Essa é uma parte. Portanto, a Estratégia, eu concordo em parte nela, naturalmente.

Na situação do Primeiro Direito não concordo na forma como está feita. E o Primeiro Direito pode ser feito de outra forma. O Primeiro Direito pode ser feito para que uma pessoa qualquer possa candidatar-se ao Primeiro Direito. Não é preciso ele ser representado para fazer aquilo. Como há outras Câmaras que fazem Editais para quem quiser candidatar-se ao Primeiro Direito.

E depois há outra coisa que ainda falta. É que no Primeiro Direito há uma parte não participada que tem que ser paga pela Família que quer fazer o Primeiro Direito. Não é só a Autarquia. Essa parte também tem que ser participada e tem que ser paga por essa Família. E, por isso mesmo é que estamos muitas vezes a confundir as coisas, ou a tentar enganar as coisas. Habitação Social sempre. Primeiro Direito, na forma como foi feito, não concordo. É o que eu digo.

Depois, só para a citação de Etnia Cigana. Eu estou à vontade, quer profissionalmente, quer na atividade associativa, sempre tive tratamento excelente com a parte Cigana, com a Etnia Cigana. Aliás, o Senhor Professor Borges e a Esposa do Senhor Professor Borges sabem isso mesmo. Andámos no Agrupamento a tentar buscá-los para as Escolas. E o Senhor Deputado Augusto deve saber quem é que eram os alunos de Etnia Cigana quando tivemos aulas ali no Terceiro Ano, o Daniel, o Lecas. Conheço-os pelos nomes. Portanto, estou à vontade por isso. O Herculano. Toda a gente. São tratados de forma igual quando são tratados de forma igual comigo, quer na parte profissional, quando estive nas Finanças, quer aqui. Respeito-os como os outros. Desde que eles tenham o direito àquilo a que têm direito. Mas também têm que ter deveres àquilo que têm deveres. E isso é o que eu trato.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Agora, Habitação Social sempre. Totalmente de acordo. Totalmente. Cinco milhões de euros. Deviam ser 10 milhões de euros para aqui. É necessário. Há muitos casais jovens que podem concorrer à Habitação Social. E, depois, descentralizar a Habitação Social e bem. Porque é que não para Moreira? Porque é que não para a Póvoa de Santo António? Porque é que não para São João do Monte? Aí, sim. E até diferenciar outras partes em termos de IMI e outras coisas mais.

Agora, não me cai o rótulo, graças a Deus, porque vivo bem com ele. Não é contra os Ciganos. É contra a forma como atribuímos as casas àquelas pessoas. Se fossem outros eram a mesma coisa. Eu, quando falo nos Ciganos, se fosse outra pessoa que eu visse que não, que só se viam nos direitos, não se viam nos deveres, dizia a mesma coisa. Não é por causa disso. Acho que temos que ter a Habitação Social sim, mas para concorrer toda a gente. Só isso. Só isso.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Vereador. Então, se os Senhores Deputados não necessitarem de mais esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara podíamos encerrar este Período de Antes da Ordem do Dia.

Passaríamos, agora, ao segundo Período da Ordem do Dia. E como, habitualmente e consta do artigo 19.º do Regimento, farei uma breve resenha apenas dos pontos. E, depois, naturalmente, o Senhor Presidente da Câmara prestará os esclarecimentos complementares.

O ponto n.º 2.1 é a informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade desde a última Assembleia até hoje.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

Ex.m.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Ex.m.ºs Senhores Membros da Assembleia

De acordo com a alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de apresentar a V. ºs Ex.ºs a informação escrita acerca da atividade do Município desde a última Assembleia Municipal até 31 de março de 2022, bem como a sua situação financeira.

INFORMAÇÃO SOBRE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE, GESTÃO URBANÍSTICA E PLANEAMENTO

- Reparação/ beneficiação de calçadas, passeios e estradas em todas as Freguesias;
- Limpeza e arranjo das ruas, jardins, espaços verdes em todas as Freguesias e zonas industriais do Concelho;
- Manutenção e abertura de diversos caminhos florestais e agrícolas;
- Consolidação de diversos imóveis para proteção de pessoas e bens em diversas freguesias;
- Levantamento dos imóveis devolutos e degradados em todas as freguesias;
- Prolongamento de ramais de água e saneamento;
- Requalificação da Rede Viária;
- Reparação e colocação de diversa sinalização vertical no concelho;
- Limpeza de estradas, ruas, caminhos rurais e florestais;
- Aquisição de terrenos para ampliação das Zonas Industriais e para instalação de infraestruturas;
- Execução do Fecho do Sistema de Abastecimento de Água a Nelas;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Execução dos trabalhos das obras de Requalificação da Escola 1º CEB Feira em Canas de Senhorim;
- Execução dos trabalhos das obras de Requalificação da Escola 1º CEB Fojo em Canas de Senhorim;
- Execução dos trabalhos das obras de Execução do Saneamento de Águas Residuais da Ribeirinha em Canas de Senhorim Nascente;
- Construção do Centro de Recolha Oficial de animais de Companhia (CRO);
- Construção da Área de Serviço de Autocaravanas;
- Requalificação da Rede Viária Florestal no Concelho – Zona Norte;
- Requalificação da Rede Viária Florestal no Concelho – Zona Sul;
- Requalificação do Mercado Municipal de Nelas;
- Execução de Rotunda na EN 234 ao Km89+850 – protocolo estabelecido entre o Município de Nelas e as Infraestruturas de Portugal;
- Reabilitação e ampliação do Parque Industrial de Nelas I – Lote 2;
- Requalificação dos bairros sociais do Município de Nelas;
- Obras de Urbanização do Processo de Operação de Loteamento nº5/1999 – na sequência do acionamento da caução;

- Reabilitação de muro nas Caldas da Felgueira;

GABINETE DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

- Atualização de aplicações do ERP Airc;
- Atualização de software e firmware dos servidores de virtualização;
- Atualização de software e firmware da storage;
- Suporte aos utilizadores da rede informática do município de nelas e escolas;
- Formatação, atualização e manutenção preventiva de equipamentos informáticos;
- Gestão dos servidores, ativos de rede e todo o parque informático;
- Resolução de 254 tickets (pedidos informáticos através da plataforma GLPI).

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- Projeto “Modernização Administrativa na Região Viseu Dão Lafões – Um modelo, catorze municípios”;
- Disponibilização dos formulários nos Serviços Online em articulação com a implementação do “Portal do Município”, projeto âncora da candidatura da CIMVDL cuja execução física foi concluída no período em referência;
- Projeto “Serviços para o Diagnóstico, Desenho e Implementação da nova Framework de Governação Local, sustentada nas Práticas de Reengenharia, Desmaterialização e Simplificação de Processos na CIM Viseu Dão Lafões”;
- O projeto, em consideração, está na fase onde se pretende a consolidação da implementação da reengenharia e desmaterialização de processos e dos sistemas suporte;
- Durante o período em consideração a Loja de Cidadão de Nelas realizou 5177 atendimentos, tendo-se verificado que os posto de Atendimento do Município de Nelas / Espaço do Cidadão foram responsáveis por 44% do total destes seguidos do ISS e das Finanças com 32% e 24%, respetivamente;
- Frequência dos cursos “Desafios da Gestão de Uma Loja de Cidadão” da AMA - Agencia para a Modernização Administrativa, I.P, “Desafios e Requisitos dos Atendedores” e “Orientação Para o Serviço Publico no Atendimento”, todos ministrados pela AMA - Agencia para a Modernização Administrativa, I.P.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Reforço do número de funcionários em condições de desempenhar funções de mediador de atendimento nos front-Office do Balcão do Cidadão / Câmara Municipal através da inscrição de duas funcionárias no curso de formação de “Mediadores de Atendimento Digital”, da AMA - Agência para a Modernização Administrativa, I.P.

SERVIÇO DE DESPORTO

- Deu-se continuidade ao projeto “Crianças em Movimento...”, direcionado aos jardins-de-infância do concelho e adaptado à realidade pandémica, em concordância com as regras impostas pela DGS para a prática desportiva nas escolas, sendo constituído apenas pelo bloco de Expressão Lúdico Motora com aulas a decorrer semanalmente nas instalações das escolas do Pré-escolar.

- Cedência das instalações ao clube ABC de Nelas para treinos e jogos de competição em vários escalões nas modalidades de Andebol e Futsal.

- Cedência das instalações para treinos de Futsal da Associação Social e Cultural dos trabalhadores da Câmara Municipal de Nelas.

- Cedência das instalações para treinos nos escalões Sub11, sb17 e seniores e jogos oficiais do SL Nelas.

- Cedência das instalações para treinos e jogos particulares do SCN e Veteranos.

- Utilização das instalações para treinos do Futebol Clube de Oliveira do Hospital até 15 de dezembro de 2021.

- Abertura das Piscinas Municipais Cobertas para a época 2021/2022 no dia 10 de janeiro, com o início das aulas da Escola Municipal de Natação com: Natação (a partir dos três anos), Hidroginástica, Utilização Livre (sem orientação técnica). À presente data estão inscritos 161 utentes nas aulas com orientação técnica.

Devido às regras impostas pela DGS, esta época, reabrimos com horário adaptado e número de alunos por grupo menor que o normal.

UNIVERSIDADE SÉNIOR DE NELAS

- Histórias de Vida e Vida com Histórias é uma atividade mensal realizada em parceria com a Biblioteca Municipal e visa criar gosto e hábitos de leitura nos nossos alunos;

- Os nossos alunos tiveram assim oportunidade de partilhar os seus gostos literários numa animada conversa tendo como ponto de partida os livros;

- No mês de fevereiro o tema abordado foi “Mulher”;

- A convite do Centro Paroquial de Vilar Seco, o Coro da Universidade Sénior de Nelas animou a tarde de carnaval, no dia 28 de fevereiro, os idosos da valência de Centro de Dia daquela instituição;

- Os alunos da disciplina de “História Local e de Portugal” da Universidade Sénior de Nelas, no decurso da matéria que está a ser lecionada, visitaram a Tanoaria Josafer, em Esmoriz;

- Histórias de Vida e Vida com Histórias é uma atividade mensal realizada em parceria com a Biblioteca Municipal e visa criar gosto e hábitos de leitura nos nossos alunos;

- O tema abordado no mês de março foi “A minha vida dava um filme”, onde os alunos puderam partilhar situações pessoais da sua infância e juventude;

- Alunos da Universidade Sénior visitaram o Laboratório Móvel das Ciências Viseu Dão Lafões.

SERVIÇO MUNICIPAL DE APOIO À ECONOMIA SOCIAL

- Atribuição do apoio ao Incentivo à Natalidade a 8 agregados familiares;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- A Loja Solidária de Nelas recebeu 16 marcações provenientes de famílias que apresentaram algumas carências a nível de vestuário e de mobiliário a quem foram doados produtos disponíveis na mesma;

- O Banco Local de Voluntariado manteve a sua atividade com uma equipa de 11 voluntários no Centro de Vacinação de Nelas e posteriormente com 3 voluntários no Centro Logístico da Associação Cultural e Recreativa do Cimo do Povo com um trabalho diário de apoio na receção e preparação de bens alimentares e vestuário destinados aos Refugiados da Ucrânia;

- A Equipa do Serviço Municipal de Apoio à Economia Social continua a desenvolver a elaboração da Carta Social Municipal e a respetiva atualização do Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social, contando para o efeito com a colaboração das diferentes entidades locais e outras que desenvolvem um trabalho com impacto social e comunitário no nosso concelho;

- Reunião de trabalho com a Sr.^a Diretora do Centro Distrital de Segurança Social de Viseu no dia 17 de fevereiro com o Executivo Municipal e Técnicos da Área Social, Jurídica e Recursos Humanos, a quem foi entregue um dossiê da transferência de competências no domínio da ação social no concelho de Nelas;

- Duas Técnicas do Serviço Municipal de Apoio à Economia Social receberam já formação com o objetivo de poderem assegurar o SAAS (Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social) do Concelho de Nelas, atualmente ainda sob alçada do CDSS de Viseu;

- Realizaram-se duas reuniões do Conselho Local de Ação Social de Nelas nos dias 16 de fevereiro e 2 de março com o objetivo da emissão de parecer para as candidaturas no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência das seguintes IPSS's: Santa Casa da Misericórdia de Santar – Residências Autónomas Paula Viotti; Associação do Folhadal – Centro Social, Cultural e Recreativo – Construção de ERPI/Centro de Dia e Apoio Domiciliário; Centro Paroquial de Nelas – Ampliação/Reformulação das valências de Centro de Dia e ERPI; Centro Paroquial de Vilar Seco – Construção de ERPI e Jardim Escola João de Deus, com o projeto de ampliação de creche e Centro Paroquial e Social de Carvalhal Redondo com a construção de ERPI e valências de Centro de Dia e Apoio Domiciliário;

- O Serviço Municipal de Apoio à Economia Social, para além dos projetos individuais, tem desenvolvido um trabalho diário e contínuo de diversos atendimentos de cariz social e de apoio às famílias que se encontram em isolamento pela COVID19;

- No período de referência, também, foram realizadas várias visitas domiciliárias a diferentes famílias por forma, a serem detetadas as reais dificuldades/ necessidades e proceder-se quando necessário ao devido encaminhamento;

- A Equipa para a Igualdade na Vida Local constituída para o efeito, conforme Despacho do Exmo Sr. Presidente datado de dezembro de 2021, continua a participar e a desenvolver o projeto intermunicipal denominado “+ Igual Viseu Dão Lafões” em que se prevê a elaboração de Planos para a Igualdade Municipais;

- A Câmara Municipal de Nelas, em cooperação e coordenação com outras instituições, empresas e sociedade concelhia, continua a trabalhar em rede, no sentido de prestar toda a informação e apoio necessário no processo de receção e acolhimento aos cidadãos ucranianos;

- Para uma maior celeridade do processo, foram disponibilizados três formulários distintos, em que particulares/Empresas podem preencher e submeter ao Serviço Municipal de Apoio à Economia Social de Nelas, com vista ao acolhimento e outras formas de apoio, nomeadamente no alojamento em habitação própria, cedência de habitação e prestação de voluntariado em diversas áreas;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Para além disso, e tendo em vista facilitar e agilizar o processo de integração social, a autarquia constituiu uma equipa de trabalho municipal multidisciplinar, composta por técnicos das áreas de Ação Social, Psicologia, Proteção Civil, Empreendedorismo e Emprego, Saúde, Educação, Obras, Universidade Sénior, Banco Local de Voluntariado e CLAIM (Centro Local de Apoio à Integração Migrante), que em estreita colaboração com as instituições concelhias, como Agrupamentos de Escolas, Unidades de Saúde Familiares, IPSS's, CPCJ, Empresas, Particulares e Centro Logístico instalado na Associação do Cimo do Povo, procura dar resposta às necessidades urgentes e imediatas aquando da chegada de possíveis famílias ucranianas ao concelho.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO SEC

- Rede Cultural Alto Mondego – realização de 4 sessões de capacitação do Projeto “AltaMente”; Início dos trabalhos que envolvem a Delegação de Competências para as Autarquias, no que respeita à Educação;

- Início dos trabalhos no âmbito do Projeto “+igualViseuDãoLafões”; preparativos para o Brainstorming do Agrupamento de Escolas de Nelas;

- Realização da Conferência Teen no âmbito do Projeto “Wanted | Escolas Empreendedoras da CIM VDL”;

- Organização para a concretização do Projeto “Parentalk 2.0” no âmbito da Candidatura da Promoção do Sucesso Educativo e Redução do Abandono Escolar (CIM VDL);

- Encerramento do 2.º Período:

- Auscultação das necessidades dos Encarregados de Educação no que diz respeito à frequência dos seus educandos nas Atividades de Animação e Apoio à Família – Páscoa 2022;

- Avaliações das Atividades de Enriquecimento Curricular (Ficha de Avaliação Individual e Relatórios dos Docentes);

- Preparativos para o Projeto “Até Já Escola! – Páscoa 2022” (Sessão de Robótica);

- Preparação do Projeto “Férias em Ação – Páscoa 2022” e abertura das respetivas inscrições;

ESCOLA MUNICIPAL DE MÚSICA:

- Continuidade do cumprimento do Plano de Aulas nos Jardins de Infância – Projeto “Música Maestro!”;

- Continuidade do cumprimento do Plano de Aulas das AEC;

- Continuidade do cumprimento do Plano de Aulas da EMMN, nas disciplinas de:

- Música para Bebés;

- Pré-Iniciação Musical;

- Iniciação Musical;

- Formação Musical;

- Música para Adultos;

- Coro;

- Orquestra Orff;

- Iniciação ao Instrumento;

- Grupo de Cordas;

- Grupo de Saxofones;

- Orquestra Juvenil;

- Continuidade do cumprimento do Plano de Aulas do Projeto “Todos ao Palco”:

- Construção de marionetas;

- Construção de textos e criação de personagens para o Espetáculo de Marionetas, a apresentar no decorrer do 3.º Período;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Construção de obras transdisciplinares e ensaios gerais para a Audição Final da EMMN [2.º Período].

INFORMAÇÃO SOBRE FINANÇAS E PATRIMÓNIO MUNICIPAL:

Dados relativos ao último mês encerrado, ou seja, 31 de janeiro de 2022:

- a) A dívida de médio e longo prazo foi de 9.613.664,58€;
- b) A dívida orçamental de curto prazo, a fornecedores e outros credores, foi de 2.895.143,80€.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Os Senhores Deputados todos receberam este documento que tem umas oito folhas. Devem ter analisado, naturalmente que é, de facto, esta exposição do Senhor Presidente da Câmara onde faz referências às reparações, beneficiações, limpeza, execução de fecho do Sistema de Abastecimento de Água a Nelas.

Fala em Gabinete de Tecnologias de Informação. Um pouco complexo para mim.

Serviços do Desporto. Cedência das instalações ao Clube ABC e a outros Grupos Desportivos. Eu espero que o Pavilhão Municipal esteja em condições para isto.

A Universidade Sénior também está aqui contemplada nesta exposição do Senhor Presidente da Câmara.

Os Serviços de Apoio à Economia Social. Registo com apreço a atribuição de apoio ao Incentivo à Natalidade de oito Agregados Familiares. Presumo que terão nascido neste período oito crianças. O que é bom.

Atividades desenvolvidas pelo SEC.

E, depois a Escola Municipal de Música. Espero que sim, que funcione bem, já que eu não aprendi na minha juventude, que esteja disponível para quem quiser aprender.

Naturalmente, depois, a última informação do Senhor Presidente da Câmara é a dívida a médio e a longo prazo no valor de 9.694.000,00 euros. A dívida orçamental a curto prazo, a Fornecedores, mais 2.996.000,00 euros.

O Senhor Presidente da Câmara não incluiu no seu Relatório e é a segunda vez que o faz a alusão às Despesas Contingentes com os processos judiciais em curso e do seu estado atual. Está previsto no Regimento no artigo 16.º. Senhor Presidente, na próxima vez, faz favor.

Passaria, então, ao ponto 2.2, que é: Apreciação da Prestação de Contas. A Prestação de Contas. Os Senhores Deputados todos receberam, naturalmente, 460 páginas para analisar. Não sei se os Senhores Deputados leram. Eu tenho que vos dizer que no dia 13 de abril, portanto, há 15 dias, pedi nos Serviços da Câmara, na Contabilidade, que me fosse facultada esta Conta de Gerência. Disseram que ainda não estava pronta. Foi apenas recebida há três dias. Está dentro do prazo regulamentar, naturalmente. Só que eu entendo que é, absolutamente impossível de analisar 460 páginas, alguns 50 ficheiros. E, sobretudo, Mapas e Contas. Não é? Não deve ser fácil.

De qualquer maneira, gostaria de apreciar apenas e fazer aqui uma breve resenha da introdução aqui da Contas. Começaria aqui pelo Quadro dos Funcionários do Município, na página 5, em que refere que o Município tem 231 Trabalhadores, 100 são Técnicos e 130 são, portanto, Operacionais. Não sei se está bem, se está mal. Se calhar, deviam ser todos Técnicos. Não é? Nem devia haver Operacionais.

De qualquer maneira, isto vem de encontro àquilo que nós já analisámos aqui no dia 27 de dezembro quando procedemos ao alargamento do Quadro. Nessa altura também informei-me lá nos Serviços de Recursos Humanos e a Senhora Funcionária disse-me que tínhamos 235 Funcionários. E que aquele alargamento que nós aprovámos aqui, mais 50, não iria, naturalmente,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

aumentar o Quadro. Era apenas para reintegração dos Trabalhadores que já existiam. Podemos ver agora aqui pelo Mapa que já não são 235, são apenas 231. Desapareceram 4. E como é a diminuir não estou nada preocupado com isso.

Depois, na página 7, temos aqui os Fluxos de Caixa e o Resumos de 2021. Há, de facto, aqui as Despesas Orçamentadas - 13 milhões de euros. Temos aqui o Saldo de Gerência para o ano seguinte de 2022 que tem 855.000,00 euros que, naturalmente, existiriam em Caixa e transitaram já para este Executivo. Portanto, naturalmente, o Executivo já gastou este dinheiro. Mas, de qualquer maneira, existia este Saldo e há-de ser apreciado noutra documento que a Assembleia vai apreciar a seguir.

O grau de Execução Orçamental, que vem na página 9, tem apenas uma Execução de 68%. Senhores Deputados, eu não tenho nada contra, nem a favor. Só que se lerem o que vem na página 10, no início, ao cimo, em que diz que duas Execuções abaixo de 85% obriga a uma comunicação à DGAL. Não sei que consequências é que isto poderá trazer. É que 2020 não atingiu os 85%, 2021 também não. E, se calhar, estamos à beira da subida do IMI aí de 3% para 5%. Não sabemos. Pronto. Só queria alertar os Senhores Deputados para esta situação. Não é nada novo, ó Senhor Deputado. Tudo isto está aqui no Relatório.

Há aqui, na página 22, também, Total do Passivo Corrente: Subiu de 2020, 17.000.000,00 euros, para 2021, 20.800.000,00 euros. Há aqui, de facto, um aumento de mais de 3.000.000,00 euros. Não sei que explicação dará o Senhor Presidente sobre isto. E, portanto, o Mapa que vem aqui também, que é o Mapa final introdutório, diz que, de facto, na dívida, os financiamentos obtidos são quase 10.000.000,00 euros. E como transitou para este ano um Saldo negativo de 1.576.000,00 euros isto vai para Resultados Transitados. Deve ser uma coisa onde cabe tudo. Não sei. Talvez o Senhor Presidente da Câmara depois explique.

Ora bem. São 460 páginas, Senhores Deputados. Depois temos a apreciação final pela Revisão de Contas e diz o Senhor Revisor que, de facto, não se verificaram aqui incorreções materiais. Portanto, parece que estamos todos em condições de apreciar as Contas e até votá-las favoravelmente porque diz que não há incorreções materiais. Agora, se há, ou não há, incorreções na Execução Orçamental, isso é outra questão. Isto será o ponto n.º 2.2. É um bocado longo, 460 páginas. Mas, depois, naturalmente, o Senhor Presidente da Câmara explicará melhor toda esta situação.

O ponto n.º 2.3 é a apreciação da 1.ª Revisão Orçamental para 2022. Não, só no final. É apenas uma exposição, mais nada. Nesta 1.ª Revisão Orçamental estão incluídos os tais 855.000,00 euros de que já tinha falado anteriormente, que transitaram do Executivo anterior para o atual. Portanto, no final do ano existia este dinheiro em Caixa. Não, é apenas a apresentação porque diz o Regimento, no artigo 19.º, que tem que ser apresentado ponto por ponto.

O ponto n.º 2.4 é a designação de um Presidente de Junta de Freguesia para representação das Freguesias no Conselho Municipal de Educação.

O ponto n.º 2.5 é a aprovação do Acordo de financiamento para o Serviço Público de Transportes. Relativamente a este documento que os Senhores Deputados também receberam, que tem 14 folhas verificaram-se aqui dois mapas em que o Município de Nelas terá que contribuir, durante os 9 meses que vêm, com 19.000,00 euros, quase 20.000,00 euros. Mas, depois, há um segundo mapa em que Nelas já tem aqui uma obrigação de 41.000,00 euros. Talvez o Senhor Presidente da Câmara, ou o Senhor Vereador Artur, porque esteve presente nesta reunião, seja capaz de explicar melhor porque é que um mapa tem 20.000,00 euros e outro tem 40.000,00 euros. É o reforço? É mau. Isso é muito mau.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O ponto 2.6 é a aprovação de uma Proposta/Minuta para a Delegação de Competências no Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim. Isto é com base nas novas competências, em que ao Município compete entregar, para os 9 meses seguintes, 76.000,00 euros para o Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim. E para o de Nelas, tem uma responsabilidade, para os próximos meses, de 161.000,00 euros.

Feito o resumo, então, passaríamos agora à análise do ponto n.º 2.1 do Período da Ordem do Dia - Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09. Eu dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para os 20 minutos regulamentares, para explicar, de facto, a sua atividade desde a última Assembleia até à de hoje. Faz favor Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado Senhor Presidente da Assembleia.

Nesta questão não me alongaria muito, a não ser que houvesse alguma questão que fosse colocada pelos Senhores Deputados. A informação é o que está plasmado no documento que foi entregue. E, portanto, decorre da atividade que foi desenvolvida desde a última Assembleia Municipal até esta. Portanto, não havendo nenhuma interpelação deixaria este ponto como tratado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Há interpelações ao Senhor Presidente da Câmara sobre a sua atividade nos últimos dois meses? Não há? Então, podemos passar para o ponto 2.2. - Apreciação e votação, nos termos do artigo 25.º, n.º 2, al. 1), da Lei n.º 75/2013, de 12/09, dos documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2021 e remessa dos mesmos ao Tribunal de Contas.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado Senhor Presidente da Assembleia.

Dizer que o Senhor Presidente, muitos dos pontos que era para focar, já estão focados. O que é um agradecimento da nossa parte. Faz um resumo também para a Assembleia. Poupa-nos trabalho a todos, a parte elíptica que fez do documento. Mas, contextualizando o documento, é um documento, obviamente, de 2021 e tem a execução, grosso modo, do Executivo anterior. Naturalmente que é um documento de transição e 10/12 avos, digamos assim, é de responsabilidade do anterior Executivo. E, mesmo os últimos dois meses têm a ver muito com pagamentos efectuados. Assim como será, eventualmente, em 2025, da mesma maneira em ano de eleições autárquicas.

O documento tem o que também fomos evidenciando durante também algum tempo e que nos merece preocupações sérias. A primeira questão tem a ver com as baixíssimas taxas de execução orçamental, que fazem com que se arraste a Receita de Capital de Orçamento para Orçamento e também faça com que nós estejamos no limiar de poder entrar em incumprimento em alguns dos projetos. Os projetos financiados estão para estar concluídos até junho de 2023, sob, eventualmente, a penalização do financiamento ter que ser devolvido.

E, portanto, há aqui questões na Execução que têm que ser mais incrementadas e mais aceleradas. E nós temos a baixa Execução da Receita Global de cerca de 68% e das Receitas de Capital de apenas 70%.

Na Execução da Despesa temos uma Execução de Despesa Global de 64%, sendo que a Execução da Despesa Corrente foi de 84% e a Execução da Despesa de Capital, Investimentos e Fundos Comunitários foi de 44%. Portanto, o que nós vínhamos falando sobre a baixa taxa de Execução também tem a ver com isto. Sim, há questões aqui também derivadas do período transitório que nós vivemos da COVID 19 que também não contribuiu. Mas também já havia nos anos anteriores também as baixas taxas de Execução.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

E as Grandes Opções do Plano têm uma Execução Global também muito baixa de pouco mais de 50%. E, portanto, em particular nas Funções Económicas onde se encontravam orçamentadas obras nas Freguesias que não foram além de pouco mais de 20%. E, portanto, esta baixa taxa de Execução é uma preocupação generalizada para todos nós, bem como os Resultados de Exercício.

Desde 2017, do início do mandato, até 2021, a soma dos Prejuízos ascende a 1.5 milhões de euros. Nos temos aqui um Resultado do Exercício negativo, fortemente negativo, também este ano, como podem analisar no documento que vos foi fornecido. E esta questão sucessiva de resultados negativos, no ano passado foi a exceção, mas devido à imparidade e está no documento, com a faturação que foi feita de uma questão que não havia de ser feita, com a água de Mangualde, que é um pagamento e não uma faturação.

E também a questão do endividamento que nós vamos falar sobre ele. O endividamento, nós, as Contas do endividamento, aquilo que se falava é da Execução. Nós estamos a falar, ao longo do tempo, da dívida dos 13.3 milhões de euros que estão consignados, quer no que concerne às Despesas de Médio e Longo Prazo e de Fornecedores e ao que juntamos os 2.1 milhões de euros contratualizados já e ainda não utilizados, seja da Área de Acolhimento Empresarial, seja da Ribeirinha, seja do CAVES, de Santar, seja de outros projetos. Foram contratualizados, que já fazem parte da Contabilidade da Conta da Autarquia, que já se estão a pagar juros e que não foram utilizados. Não entram contabilisticamente, mas são dívida também do Executivo porque já foi contraída, o que projectaria a dívida, projeta a dívida não, assegura a dívida nos 15.4 milhões de euros.

Depois há aqui a verba, como sabiam, da candidatura que foi aprovada em Assembleia Municipal, de 1.6 milhões de euros, das Escolas, das Requalificações das Escolas e dos Centros de Saúde, que levaria a dívida para os 17 milhões de euros.

Além disso, há esta questão que o Senhor Presidente da Assembleia falou e que nós disponibilizámos. Já terão tempo depois de falar depois de nós rebatermos esse assunto, se não se importarem. E que nós disponibilizaremos, que tem a ver com a questão das Provisões, com as Despesas Contingentes, como disse o Senhor Presidente. Foi facultado também o documento sobre as Provisões de 2021 de 1.317.779,00 euros que são de Despesas não cabimentadas, com a parte procedimental não contemplada e que não deixa de ser Encargos com Fornecedores que terão que ser acautelados. Acho que era isso que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal também se referia. Além de que também vêm as Provisões, desde 2013 também, na ordem dos 950.000,00 euros.

Portanto, grosso modo, em termos de responsabilidades, digamos, de Autarquias pendentes, quer da dívida que existe, quer a que está contabilística, quer a dívida que existe também na componente do que está contratualizado e que faz parte das responsabilidades da Autarquia e que não foram utilizadas e das Provisões, é uma situação de endividamento também muito grande.

Mas a questão do endividamento não deixa de ser importante, mas também não deixa de ser importante a questão da liquidez e da Tesouraria e dos Rácios. E esta também é uma questão que também merece alguma preocupação porque, de facto, se nós temos a questão do Passivo grande, forte e com os encargos daí subjacentes, não deixa de ser também relevante a parte da solvabilidade em termos da Tesouraria e de Receita de Tesouraria.

Nós temos nos Rácios Económicos/Financeiros de 2020 para 2021 na liquidez geral de 93% para 49%. Estamos a falar de cerca de metade em termos da liquidez geral, o que, de facto, é um aperto grande em termos de Tesouraria. A solvabilidade, página 23, a solvabilidade vem de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

170% para 134%. O endividamento, de 37% para 43%. A autonomia financeira também cai para 57%, de 63%. E, mesmo o Património Ativo, de 93% para 91%. Ora, os indicadores todos que têm a ver com os Rácios Económicos/Financeiros em particular, a liquidez geral e a solvabilidade têm a ver com questões da Tesouraria e da liquidez que tem a ver com essa preocupação toda que nós vamos falando e que tem causado bastantes constrangimentos de Tesouraria e também de responder às questões que também são do interesse municipal, que são do interesse dos Senhores Presidentes de Junta, que reclamam e bem, obras para as suas Freguesias.

Neste momento, o Executivo não tem ido tanto ao encontro daquilo que eram as suas naturais expectativas. Tem também tido a compreensão para essa situação, embora, naturalmente, também tenham compromissos e queiram o melhor para as suas Terras e para as suas Freguesias. E o Município fará tudo para este ano tentar, de alguma forma, inverter esses Rácios, ou estabilizá-los, de forma a que possa ir ao encontro dos anseios mais das populações.

Dizer também, que também falou-se aí na questão dos Recursos Humanos. Nos Recursos Humanos, para além, estes que dizem respeito a 31 de dezembro de 2021, há aqueles que nós já falámos que foram integrados entretanto no domínio da transferência de competências da Educação, há mais 5 para integrar. Há um assunto que nós temos que resolver porque o Quadro permite ter mais Assistentes Operacionais que nós gostaríamos que ficasse resolvido também no âmbito da transferência de competências na Área da Saúde.

E também estamos a falar de cinco, ou seis mais Funcionários na Área da Saúde e mais um na Área Social. Portanto, estamos a falar de quase 100 novos Funcionários, sendo que, em abono da verdade, o que está estipulado é que a remuneração seja feita através de transferência direta e não um custo acrescido.

Mas, há sempre as questões relacionadas com algumas dúvidas que tem a ver ali com a questão das responsabilidades sociais também dos Funcionários e no caso do seguro, como vos enunciámos anteriormente.

E, portanto, é neste quadro que também tem a ver muito na questão da liquidez do que vinha até no próprio documento do ROC, que tem a ver com o Resultados de Exercício de 2020 para 2021, onde fala, claramente, num aumento do fornecimento de Serviços Externos em 452.000,00 euros, no aumento dos gastos com o Pessoal em 256.000,00 euros, que tem a ver muito também com as responsabilizações à integração de Precários. Mas houve também a mobilidade de carreiras que fez com que fossem abertos Quadros para 50 Técnicos Superiores, 22 já foram consolidados durante o ano de 2021 e estão 28 para consolidar no ano que agora decorre, além, naturalmente, de outros Funcionários que também já também fizeram sentir ali algumas questões que tenham a ver com a sua situação profissional.

Temos um aumento das Provisões em cerca de 1.368.000,00 euros, que nós já falámos e o documento foi distribuído. Nós não o apresentámos em reunião de Câmara e depois enviámo-lo também à restante Vereação e achámos que fazia sentido que o documento fosse também enviado à Assembleia Municipal para atestar isso.

O aumento das Imparidades de Dívidas a receber, destes 452.000,00 euros, tem a ver com aquilo que nós falámos com a água de Mangualde e o Resultado do Exercício de 2020.

Grosso modo, eram estas questões que vos gostaríamos de deixar e com o documento que vos foi distribuído, estarmos, naturalmente, disponíveis para as questões que queiram colocar.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem é que pretende, então, dos Senhores Deputados, apresentar questões? Faz favor. Há dois inscritos. Senhor Deputado António Borges.

O Senhor Deputado António Borges Santos:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Como o Senhor Presidente da Assembleia já disse, de facto, recebermos 500 páginas para analisarmos Contas na quarta-feira é um trabalho que é impossível. De facto, ouvi tanta vez reclamar porque as Contas não iam, as coisas não iam com tempo. Tinha o cuidado, quando a Câmara juntava com a Assembleia, como foi o caso, enviar os documentos que iam para a Câmara, para todos os Elementos da Assembleia, correndo o risco, como aconteceu algumas vezes, de alguns não serem aprovados e depois não podiam ser discutidos na Assembleia.

Mas, se calhar, era preferível que termos recebido estes documentos todos em tão pouco tempo. É evidente que muitas coisas não se conseguiram ler. Ninguém conseguia ler, digerir 460 páginas em dois dias. Mas, pelo menos, o Relatório de Gestão é fácil. E é um Relatório que baralha um bocado as coisas.

Começa por uma afirmação, ali na página 3, que diz que: O Município de Nelas tem um sério, gravíssimo e verdadeiro problema conjuntural, é que nem estrutural é, conjuntural, fruto de uma deficiente planificação estratégica do Executivo Socialista no passado ao nível da definição de prioridades o que condiciona toda e qualquer ação. Eu, francamente, por esta interpretação, dá a impressão que o Executivo Socialista caiu aqui como uma praga, que navegou à vista, ou sem critérios.

Portanto, herdou uma Câmara numa situação que todos nós conhecemos e não vale a pena aqui referi-la e que, a partir daí, tudo se agravou. Muito obrigado. Pronto.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Ainda não chegou o tempo de fazer a sua intervenção. Pode continuar Senhor Deputado.

O Senhor Deputado António Borges Santos:

- Obrigado. Ora, começa logo aqui com a situação financeira, extremamente preocupante. Diz que só em 2021, ano de eleições autárquicas.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Deputado, peço desculpa, para eu acompanhar, está a ler o relato sobre a Auditoria? Ou a introdução?

O Senhor Deputado António Borges Santos:

- A introdução.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- A introdução. Pronto. Muito obrigado.

O Senhor Deputado António Borges Santos:

- Estou na introdução.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Para ir acompanhando.

O Senhor Deputado António Borges Santos:

- Diz que a situação financeira herdada do Executivo anterior é extremamente preocupante. Só em 2021, ano de eleições autárquicas, o anterior Executivo deixou uma despesa comprometida, mas não paga, de cerca de 2,5 milhões de euros. É uma situação que me preocupa, num Relatório de Gestão. Ficaram em Caixa 800.000,00 euros e com certeza que havia cabimento para os restantes valores. Portanto, não é aqui nenhum problema estarem 2.500,00 euros, ou estarem 3.000,00 euros, como estão, neste momento, 3 milhões de euros de dívida que nunca chegámos a esse ponto na gestão anterior.

E, depois, a seguir: A crescer a esse valor foram ainda apurados valores superiores a 1,3 milhões de euros que ainda não estavam faturados, ou sem cabimento, situação que vai agravar ainda mais a Despesa e o endividamento municipal nos próximos anos. Não sei porquê uma vez



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

que estes valores já constam da Conta, já foram contabilizados e temos aqui Provisões no valor de 2.300.000,00 euros.

Portanto, já fazem parte das Contas que foram apresentadas para 2021. Portanto, não é isto que vai agravar nada no futuro. Portanto, não vamos aqui. Quando é que as vai pagar? Quando for altura de as pagar.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Vereador, eu, depois dou-lhe a palavra se for necessário. Vamos deixar expor o seu raciocínio ao Senhor Deputado. Pode continuar.

O Senhor Deputado António Borges Santos:

- Muito obrigado Senhor Presidente.

Se são despesas comprometidas é porque tinham cabimento, é porque têm verbas atribuídas em empréstimos, ou não. Para o caso, não estou preocupado. Portanto, o Senhor Vereador paga as obras quando achar que é altura de as pagar com as verbas que tem disponíveis.

Depois, diz, logo na página 7: A análise da Execução Orçamental visa demonstrar a eficácia do Município na arrecadação de receitas e na realização de despesas. E nós verificamos aqui, que num ano de pandemia absoluta, o Executivo, além de ter tido uma Execução de Receita de apenas 30%, conseguiu fazer investimento no valor de 4 milhões e meio de euros. Portanto, não esteve parado. Esteve a executar obras.

E, portanto, porque é que só gastou 30%? Porque, de facto, houve atraso nas obras e as verbas não chegaram. Agora, de quem é a dúvida de quem é o problema do atraso? Se foi da crise? Se foi da pandemia? Se foi de falha das empresas? Não sei, mas é uma verdade que isso aconteceu? E, portanto, há aqui, portanto, há aqui valores que atestam que o Executivo esteve a trabalhar.

A restante verba que este Executivo pode e deve ir buscar, porque está comprometida, dá para pagar as despesas que estão executadas. Pronto. Se houver dúvidas, depois fazem-me as perguntas que eu tento esclarecer o meu raciocínio. Está bem? Ora, é evidente que o nível de Execução foi baixo. Portanto, foi de 68% e de 64%. Isto já foi falado pelo Senhor Presidente da Assembleia.

E, agora, passamos ao Equilíbrio Corrente e diz que, o Equilíbrio Corrente, é verdade que diz que a Receita Corrente Bruta deve ser, pelo menos, igual à Despesa Corrente, acrescida das Amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. Tudo bem. Então, veio o Quadro VIII que diz que as Receitas Correntes são de 10 milhões de euros. A Despesa Corrente foi de oito milhões e meio de euros. As Amortizações foram de 710.000,00 euros. E, portanto, há um Saldo de 1.119.000,00 euros. Ou será que este Mapa está errado? Julgo que não porque dizem a seguir: Conforme demonstrado no Quadro VIII verifica-se que o Município de Nelas cumpriu, na Execução Orçamental do ano de 2021, a regra de Equilíbrio Orçamental prevista no n.º 2, do artigo 40.º, do RFALEI, registando um valor de 1.119.000,00 euros, correspondendo a 10,82% do total das Receitas Correntes. Portanto, não é assim tão preto com tentam dizer.

Se passarmos ao Quadro X, que é na página 15, até conseguimos verificar que houve um decréscimo, embora ligeiro, das Despesas de Aquisição de Bens e Serviços. Portanto, é ligeira, de facto, mas verifica-se, mas verifica-se também. Eu estou a ler o que está nos Mapas. Não estou a inventar nada.

Portanto, no Mapa XV já cá têm as Provisões e as Imparidades e isso tudo. Portanto, neste Mapa já está tudo. Sim. No Mapa XV já está aqui uma Provisão de 1.368.000,00 euros de faturas que dizem que estão por pagar. Dizem porque não demonstram se as faturas existem, se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

não existem, quem foram os Fornecedores, nesta Conta de Gerência, que eu tenha dado conta e tenho que dizer que a li um bocado a correr, não encontro essa relação.

Portanto, eu aceito como boa que tenham considerado como faturas a pagar as faturas que foram apresentadas pelos Fornecedores. E que não estejam aqui incluídos Trabalhos a Mais de obras ainda não concluídas porque para 1.300.000,00 euros, eu tenho muitas dúvidas que não haja aqui incluídos Trabalhos a Mais de obras ainda não concluídas, nos quais os Trabalhos a Mais não podem ser contabilizados.

Depois, se formos ao Balanço, no Quadro XVI, diz que o Total do Ativo tenha ficado com um aumento, aproximadamente, de 2,19%. O Quadro também mostra e estou a ler, que existiu um aumento de, aproximadamente, 2,19% no Total do Património Líquido e Passivo, evidenciando a melhoria da situação financeira do Município. Então, diz que houve aqui um cataclismo e estas coisas aparecem aqui plasmadas no documento? Não sei o que é que querem dizer.

E, para terminar, para terminar, diz-se muitas vezes e o Senhor Presidente da Câmara voltou aqui a apelar à situação que a dívida era de não sei quantos milhões de euros, 17 milhões de euros, 20 milhões de euros, 30 milhões de euros. Agora, o Senhor Presidente da Câmara já vem dizer: Se, se o empréstimo que foi feito tivesse sido executado. Mas não foi. Se não foi executado, não temos nada que pensar nele. Temos que pensar nele quando, temos que pensar nele quando o executarmos, quando recebermos do Banco esse valor. Até lá é apenas uma promessa que nós temos ao Banco. Não podemos contabilizá-lo. Não temos obra, nem temos empréstimo. Não temos dinheiro em Caixa.

Há bocado disse que, se somássemos a isto ainda os empréstimos que foram contratualizados, mas não usados, cairia para não sei quantos milhões de euros, 17 milhões de euros, 20 milhões de euros, ou não sei quantos. Mais 2 milhões de euros? Mas esse dinheiro não pode estar contabilizado porque esse dinheiro é dinheiro que foi pedido, foi autorizado pela Câmara e pela Assembleia, mas não foi executado. Pronto.

Portanto, o Endividamento, o Endividamento que têm aqui, o Endividamento que têm aqui, verdadeiro, isto é que é a verdade. Calma. Calma. Senhor Presidente, posso acabar? Posso acabar?

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Faz favor. É para terminar, não é, Senhor Deputado?

O Senhor Deputado António Borges Santos:

- Pronto. Portanto, a dívida real que está aqui nas Contas foi de. Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Deputado, importa-se de continuar? Senhor Deputado António Borges, pode continuar.

O Senhor Deputado António Borges Santos:

- Agradecia era que, eu estou a acabar. Eu estou mesmo a acabar. O endividamento, em 2021, que consta das Contas não é 15 milhões de euros, não é 16 milhões de euros, não é de 20 milhões de euros, é de 13.305.780,00 euros. Isto é que é a realidade. Portanto, não vale a pena estarmos aqui com fantasmas. Temos que ir ao terreno e ler o que está no Relatório de Gestão.

E eu, sobre isto, não me vou alongar mais porque este Relatório está feito para justificar toda a inércia a que temos assistido. O juntar faturas, parece que não sabia que tinha que se pagar a energia nos meses que cá estiveram, para agora aparecerem todas juntas em fevereiro. São situações que, obviamente, são correntes.

Muito obrigado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado pela sua intervenção. Muito obrigado. Não há mais intervenções quanto à apreciação da Conta de Gerência? À, faz favor.

A Senhora Deputada Alexandra Monteiro:

- Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente da Câmara,
Boa noite a todos.

Eu tenho aqui duas dúvidas que eu gostava de ver esclarecidas, se bem que eu já ouvi hoje bastantes explicações sobre o assunto. No entanto, eu continuo com dúvidas, até porque eu acho, mais uma vez, voltamos às Imparidades e às Provisões. Em primeiro lugar. Porque, tal como já foi referido, foi muito complicado conseguir ler o máximo possível.

E, analisando o Anexo ao Balanço, que é uma peça de muita, muita importância porque é aquela peça que nos vai explicar todo o Balanço e toda a Demonstração de Resultados, bem como Fluxos de Caixa e Demonstração dos Capitais. E, portanto, analisando o Anexo ao Balanço eu tenho aqui, efetivamente, discriminados todos os pontos que estão evidenciados no Balanço e na Demonstração de Resultados.

E eu posso até reconhecer que não li bem, dada a falta de tempo também de tanta coisa, mas parece-me que, quer um valor, quer o outro, quer o dos Imparidades, quer o das Provisões, não estão, devidamente, explícitos no Anexo ao Balanço, nomeadamente, se falarmos das Imparidades e eu sei que já aqui foi dito. No entanto, na página 78 do Anexo ao Balanço remete que a explicação e o Quadro deste valor está no ponto 9.5B. O que, se forem lá ver, diz: Não aplicável. Ora, eu, parece-me que falta lá um Mapa para explicar de onde é que vêm estes 388.000,00 euros. Isto tem que constar do Anexo porque é assim: Eu estive a ler o Anexo todo e ele não está lá.

Depois, temos as Provisões. Ora bem, o que é uma Provisão? Uma Provisão é o pagamento, ou, eventualmente, o risco por um acontecimento passado que eu, eventualmente, venha a ter que suportar no futuro. Correto? Eventualmente e desde que haja uma probabilidade forte de vir a acontecer. Tem que ser, devidamente, justificada, muitas vezes até pelo Jurídico. Tem que ser pelo Jurídico, tal como as Imparidades.

Ora bem, mais uma vez eu analiso todo o Anexo e verifico que, apesar de terem cá a dizer, portanto, a explicar e tal, no entanto, não há os Mapas a explicar de onde é que vem este valor e este aumento, porque já tinham um valor de novecentos e tal mil euros de anos anteriores. Portanto, é aumentado. Fica este ano e é constituída uma Provisão de um milhão, trezentos e tal mil euros, mas não se sabe de que é. E, ainda por cima, o único Quadro que tem diz que para risco de encargos, portanto, que tem um determinado valor.

E, depois as Outras, porque estas Outras é que é complicado aferir. O que é que são Outras? Além de que o próprio Normativo diz que tem que ser explicitado e tem que haver Mapas a dizer qual é a origem e uma breve explicação individualizada de cada uma dessas Provisões que são feitas. E eu não vi nada disto no Anexo. Eu posso, se alguém me disser onde está, eu assumo que não li bem. Mas eu li as 110 páginas. Mas não está explícita, não tem os Mapas.

Onde estão os Mapas? Em que página? Não, não está. Não, não está, até porque eu tenho aqui e não está lá. Não está lá, as Provisões não estão. Era isso. Eu só queria saber do que é o porquê. E, porque na página 69 do Anexo ao Balanço, que é onde está mencionada esse tal valor de 1.368.000,00 euros, mas depois diz no ponto 15.2, alínea a), que deve ser feita uma breve descrição da natureza da obrigação. Tem uma frase. Isto não é explicação. São necessários os Quadros. Saber de onde é que é. Porque um milhão de euros apareceu de onde? Eu, aqui, neste



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Quadro só vejo que são 50.000,00 euros para processos judiciais em curso e que 1.317.000,00 euros são de Outras. É isso. Eu não sei de onde é que vem. Só gostava de saber. Pronto.

Depois, por último, gostava de fazer uma pergunta: Porque é que, porque nós só tivemos acesso e reconhecimento que foi muito curto espaço, se no resto já foi curto, este foi curtíssimo e quase inexistente, para ler o Parecer do Revisor. E não li com a devida atenção. No entanto, pergunto: No ponto 7.3 porque é que, uma vez que a Contabilidade obriga a quase à especialização dos Exercícios, porque é que este valor que está previsto de 57.784,00 euros não foi considerado como Rendimentos em 2021? Uma vez que diz aqui, taxativamente: Não proceder à especialização do Rendimento relativamente às Receitas do IVA que tenha a ver com o ano anterior. Portanto, este valor deveria ter sido especializado, o que faria com que isto não indo para a parte de se as Provisões e as Imparidades deviam ser, ou não, mas, pelo menos, este valor diminuiria o valor antigo, logo aumentava e alterava variadíssimas, algumas situações. Só queria saber porque é que isto não foi considerado. Qual foi a opção e o porquê, uma vez que o Normativo diz que tem que ser?

Obrigada.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhora Deputada. Senhor Deputado Rui Costa, faz favor.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Muito obrigado.

Analisando estas Contas apresentadas a esta Assembleia e no seguimento de algo que já tínhamos dito anteriormente, parece-nos que, numa situação de cerca de 700.000,00 euros deixados pelo Executivo em 2013, dos quais existia, depositado numa conta, cerca de 800.000,00 euros para fazer face a essas situações, deparamo-nos que agora chegamos a 2021 e temos 1.300.000,00 euros de faturas não cabimentadas.

Ou seja, será que foram realizadas as obras, mas não foram, digamos, autorizadas pelo Executivo anterior? Ou, se foram, devia-as ter registado e cabimentado. Situação financeira péssima.

Irámos, eu não estou a dizer isto de cor. O Revisor Oficial de Contas, na página 15, diz: Em conjunto com os Serviços de Contabilidade do Município foram identificadas despesas executadas, suportadas apenas em informação/despacho do anterior Presidente do Município, ou Membro do Executivo e sem a tramitação legal do circuito da Despesa (cabimentação, compromisso, liquidação, autorização de pagamento e pagamento) e bem assim sem qualquer procedimento prévio de contratação pública associado, não sendo líquido que os mesmos tenham todos sido emitidos em data anterior ao respetivo fornecimento de bens e serviços.

Meus Senhores, isto está aqui. Foi o Revisor Oficial de Contas. Eu não estou a inventar nada. Ou seja, o Executivo anterior não teve procedimentos legais para com os Concidãos deste Concelho. Desculpem, isto é grave, muito grave. Por seguinte, isto é preocupante. A mim, preocupa-me, coisa que a algumas pessoas não preocupa.

Pegando aqui no Quadro X, na primeira linha, podemos analisar que desde 2017, que tínhamos uma Despesa com Pessoal na razão dos 2.800.000,00 euros e chegámos a 2021 com cerca de 4 milhões e meio de euros. Ou seja, quase o dobro. Ou seja, acontece que as Despesas Correntes aumentam. O que é que acontece? Despesas de Capital, não temos. Por isso é que não há execução, Meus Senhores. Não há execução. E o dinheiro que aqui foi pedido a esta Assembleia não saia do Banco. Pois claro, como é que ele pode sair se não há execução nenhuma para Capital? Inclusivamente, nem concurso fizeram, que é diferente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Depois, diz-se aqui: Atenção, desceu a Despesa de Aquisição de Bens e Serviços. Desceu cerca de 10%. Acontece que, com esta descida, acontece o seguinte: Os autocarros estão no estado que estão; A carrinha do SOS Buracos gripou; A cisterna deixou de funcionar. Isto é Aquisição de Bens e Serviços, Meus Senhores. Diminuiu porque, realmente, não há investimento.

Digamos que ao Grupo Parlamentar preocupa esta situação. Preocupa muito. Liquidez geral descer de 93% para 49%. Ou seja, se metêssemos a Câmara na Bolsa ninguém nos tocava, ninguém nos tocava. Quem que é queria uma empresa com esta situação? Mas deveria ser gerida como uma empresa, Meus Senhores. Estão a dizer que não é uma empresa? Mas deveria ser. Deveríamos ser sérios e geri-la como se fosse uma empresa. Ou agora, por ser do Estado, podemos fazer aquilo que queremos?

Vamos para a bancarrota com a Câmara. Porquê? Porque alguém disse: Nunca chega à bancarrota. Não é, Senhor Professor Borges? Nunca. Nunca. Nunca. Simplesmente, ninguém nos pegava.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Ó Senhor Deputado António Borges, Senhor Deputado António Borges.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Agora, para perceberem um bocadinho, vamos ao prazo de pagamento médio a Fornecedores. Vejamos: No ano passado, 65 dias. Milagrosamente, ou seja, em 2020, 65 dias. Milagrosamente, duplicámos, quase triplicámos. Passámos para 136 dias de pagamento médio. No final de 2021, Professor Borges. Está aqui. Não é em setembro. Está aqui. Isto é anual. Isto é anual.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Ó Senhor Deputado. Faz favor de continuar a sua exposição.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Pronto. Ok.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Ó Senhor Deputado António Borges, eu agradecia que não se estabelecesse o diálogo, senão não saímos daqui. Muito obrigado.

Senhor Deputado António Borges.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Depois, eu falei em faturas que causa pruído a muitas pessoas. Eu, neste Relatório de Gestão descobri uma coisa. Alguns descobrem lítio, outros, petróleo, outros descobrem água. Ora, vejamos: Esta Câmara, em 2020, consegue faturar água à Câmara de Mangualde no valor de trezentos e tal mil euros? Eu acho que era ao contrário. Mangualde é que nos passava uma fatura. Mas não. Está aqui. O ROC descobriu. A Câmara, para dar a volta às Contas de 2020, passa uma fatura à Câmara de Mangualde no valor de trezentos e trinta e tal mil euros, para nos aguarar a todos. Está aqui. Eu posso mostrar a quem quiser.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Deputado Rui Costa, agradecia que terminasse.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Isto é enganar as pessoas. Mas as coisas são descobertas. Não venha aqui dizer que melhorou, melhorou. Melhorou? Então, eu passo uma fatura de um bem que não cedo? É, porque, se calhar, fizeram aí poços e venderam água a Mangualde. É milagre.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Concluiu, Senhor Deputado?

O Senhor Deputado Rui Costa:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Concluí, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Não há mais intervenções. Antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, ou ao Senhor Vereador Artur, aquele que estiver mais habilitado para responder a estas questões que foram colocadas, eu gostaria de esclarecer aqui um comentário que ouvi há bocadinho. Eu não tive oportunidade, por questões profissionais e até por compromissos com a CIM, de me reunir com o Senhor Presidente da Câmara para analisar esta Conta de Gerência.

De maneira que eu continuo tão preocupado como está o Senhor Professor, o Senhor Deputado António Borges, ou como está preocupado o Senhor Deputado Rui Costa. Como não tive possibilidades, nem o Senhor Presidente da Câmara também teve de analisar, de facto, a Prestação de Contas, em conjunto, eu continuaria, agora nos esclarecimentos complementares, a perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se é legal, ou não é legal, neste Fluxo de Caixa Resumo de 2021, as Despesas Correntes terem atingido 8.509.000,00 euros e as de Capital apenas 4.500.000,00 euros. Isto é apenas metade.

Depois, continuo preocupado com a Execução Orçamental dos 64% e 67%. E gostaria que o Senhor Presidente da Câmara me explicasse quais são as consequências que daí podem advir, uma vez que a Execução Orçamental, há dois anos consecutivos, está abaixo dos 85% exigidos pela Lei. Portanto, dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, ou ao Senhor Vereador Artur, como entenderem.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Muito obrigado Senhor Presidente da Assembleia.

Começamos também por responder com uma parte, que é importante. É assim: De facto, em abono da verdade, o tempo que seria desejável não é o tempo onde foi enviado. Apesar de cumprir o Regulamento, não é o tempo que é desejável. Não temos uma única dúvida também nesse aspeto, mas foi o documento que foi possível também, esperando que, futuramente, não o seja, porque, de facto, um documento desta natureza, para ser analisado com a devida amplitude, é expectável e desejável que seja distribuído mais cedo.

Agora, em abono da verdade, também, cumpre o Regimento, cumpre o Regulamento, mas também é desejável que quem quer que o documento seja analisado, devidamente, que o disponibilize mais cedo. Não temos qualquer pruído em relação a isso.

Pegava, até para conceder a prioridade, se os Senhores Deputados não se importarão, à Senhora Deputada Alexandra, para falar da questão que tem a ver com o que não verificou nos documentos. É a primeira vez que vem um Relatório completo dos Revisores Oficiais de Contas que é disponibilizado para análise à Assembleia. Costuma vir o Parecer com informação sucinta e não o Relatório na íntegra. E as dúvidas que suscitou, muitas delas estão lá contempladas.

Remeto para a página 15, 16 e 17, nomeadamente na página 15, onde refere: Conforme quadro seguinte, as despesas nesta situação, nesta situação foram referidas pelo Senhor Deputado Rui Costa, que são as tais despesas executadas suportadas apenas e só por informação/despacho do anterior Presidente do Município e sem a tramitação legal do circuito de pagamento da Despesa, sem cabimentação, sem compromisso, sem liquidação, sem autorização de pagamento e pagamento efectuado, portanto, terão ocorrido até final do 1.º semestre de 2021.

Isto não é do documento, não é do Relatório, é dos ROC,s. Enfatizo que o que eu vou ler tudo e os Quadros, são dos Revisores Oficiais de Contas e não da lavra do Executivo, onde deixa claro, quer os valores, quer a que se referem os valores.

Na página remete para estes 420.694,21 euros. E, depois, na página 16, no verso, vem tipificado a que é que isso se refere. Portanto, Senhora Deputada, deixe-me concluir, se não se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

importar. Depois, também diz aqui: Por outro lado e conforme quadro seguinte, identificaram-se faturas recebidas no Município até ao dia 22 de novembro de 2021, não registadas na Contabilidade e que os Serviços de Contabilidade desconhecem, quer o respetivo procedimento de contratação pública, quer o efetivo fornecimento do bem, ou serviço, não existindo informação interna, nem requisição, pelo que se recomenda a análise destas situações, as quais, no seu conjunto, perfazem o montante de 209.485,69 euros.

Na página 17, além do Quadro referenciado, vem: Pelo que a realização de empreitadas de obras públicas e a Aquisição de Bens e Serviços sem o prévio circuito da Despesa (cabimento e compromisso) e bem assim sem procedimento administrativo de contratação pública, poderá originar o aumento do Passivo do Município no montante global de 630.179,90 euros, sendo que estas contingências, que é das contingências que estávamos a falar também, não estão refletidas na dívida reportada a 30/09/2021 e algumas delas reportadas a 30/06/2021, conforme informação prestada. Portanto, o Executivo deverá ponderar acerca da legalidade de regularização destas situações dado não estarem verificados os procedimentos legais respetivos.

Admito, obviamente, que havia, de facto, muita documentação mas, muito também do que faltava também validar, também se encontra aqui. Isso. Tem que estar também. É verdade. Mas também está aqui Senhora Deputada.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhora Deputada, para gravar tem que ir à Tribuna.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Sim, mas de qualquer maneira, Senhora Deputada, percebemos o que está a dizer, sim. Mas está aqui. De qualquer maneira, vai ao encontro das suas dúvidas. Também, de alguma maneira, do que está espelhado no documento dos Revisores Oficiais de Contas.

As Responsabilidades Contingentes e as Provisões, de facto, podem, ou não, ser, é uma previsão, como diz a Senhora Deputada e bem. Mas é uma previsão que pode ser efetiva, e concreta. Geralmente é passível ser paga também. Portanto, está, devidamente, provisionada para o efeito de. Nós ainda temos responsabilidades que vêm, derivadas de anos anteriores e que também estão cá e há, atualmente, a caírem no Município, despesas que terão que ser e já têm ido até a reunião de Câmara e já têm sido regularizadas nesse sentido. E, portanto, é expectável também que muitas delas, para não dizer a esmagadora maioria, serão para regularizar. Portanto, é essa Provisão que tem que ser acutelada.

Na questão do que falámos da comunicação da DGAL, é, sem dúvida, a questão aqui que suscita também reservas e preocupações. Tem a ver com o facto da Execução Orçamental da Receita estar abaixo do previsto em dois anos consecutivos. É um incumprimento que pode, obviamente, ter penalizações decorrentes disso mesmo. Mas isso tem a ver também com a comunicação da DGAL que será feita depois à posterior.

Sobre algumas questões que o Senhor Deputado António Borges colocou, sobre o prazo do envio dos documentos, escusar-me-ia na questão, mas não acho que seja, intelectualmente, honesto da minha parte porque acho que deveria haver, de facto, mais tempo para os documentos, embora o Regimento seja cumprido, mas gostaria de, pelo menos, no próximo ano, poder disponibilizar os documentos mais atempadamente porque defendo, de facto, que é preciso tempo para os analisar e para eles serem debatidos com toda a propriedade, digamos assim.

Sobre a questão dos Trabalhos a Mais que invocou que podiam estar sobre as obras não incluídas, Professor Borges, olhe, há novidades fantásticas. E as novidades aparecem-nos todos os dias, sobre Trabalhos Complementares, sobre Trabalhos que foram acordados verbalmente e não estão previstos nos contratos. Ainda hoje tivemos uma questão para resolver, que vamos ver como



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

é que vamos resolver, com a CAVES, com o Mercado de Nelas, com o Mercado de Canas de Senhorim. Portanto, sobre essa questão e ser o Professor Borges a levantar a questão não deixa de ser irónico, bastante irónico.

Depois, dizer ainda que, no que concerne a dívida e a Responsabilidades Contingentes, o que nós estamos a falar é assim: Essa verba, ó Professor Borges, essa verba está contratualizada. Faz parte das Contas da Câmara. Nós estamos a pagar juros e temos a obrigatoriedade desse dinheiro ser gasto porque temos que o executar sob pena de o devolvermos e termos penalizações. Portanto, isso é um custo que está imputado. Não é um devaneio. Não é um sonho. É real e concreto. Não tem nada de fantasmagórico.

Sobre o Equilíbrio Corrente, que acho que o Deputado Rui Costa, na sua intervenção, acho que também tirou-me as palavras da boca e acho que também conseguiu, de alguma forma, retratar isso na intervenção que fez.

As faturas que estão por fazer, ou por pagar, as faturas estão por pagar existem e, surpreendentemente, ou não, todos os dias aparecem facturações novas com anos também interiores. E, Senhor Deputado António Borges, não teremos nenhum problema em facultar esse mesmo. Da mesma forma como fazia. Olhe, com a coerência, quando eu pedia acesso no Mapa mensal de pagamentos, acesso aos pagamentos para eu escrutinar, convido o Senhor Deputado, quando assim o entender, quando tiver disponibilidade, a verificar isto que estamos a acabar de falar.

O atraso das obras, de facto, é uma realidade. Mas muito tem a ver também com, vou-lhe dar um caso concreto do Mercado Municipal de Nelas, o empreiteiro, enquanto não fossem regularizados os Autos e a verba a que tinha direito, recusou-se a continuar as obras no Mercado. Portanto, tivemos que regularizar tudo o que havia para trás e muito para trás mesmo, de forma a que as obras pudessem ser retomadas, sob pena, também como sabe, de perdermos o financiamento.

Isto aplicou-se ao Mercado. Aplica-se ao Reservatório da Água. Aplica-se às ETAR,s onde nós tínhamos um plafonamento, um limite, para as sete ETAR,s e acontece que nós já ultrapassámos, com os Trabalhos, o valor que era o teto máximo da comparticipação, o que obriga a que a comparticipação de fundos diminua e o esforço do Município, da sua Receita Corrente tenha que ser mais, mais, mais agravado.

E, portanto, este é, de facto, também o cenário, Professor Borges. E este cenário é concreto e existe. E, portanto, sobre esse aspeto acho que estamos conversados sobre esta questão.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Penso que o Senhor Vereador Artur queria algum esclarecimento complementar. Com a anuência do Senhor Presidente da Câmara, nos termos do artigo 25.º, do Regimento, pode. Não precisa.

Sim Senhor. Então, não havendo mais intervenções, tendo sido apreciada a Prestação de Contas, passávamos, agora, à sua votação. Quem se abstém?

A Senhora Primeira Secretária Carlinda Duarte de Jesus Oliveira Loureiro:

- Ora, então, por ordem, abstiveram-se os seguintes Senhores Deputados: André Borges; António Roque; Nuno Pereira; Pedro Morais; Tiago Fonseca; Rui Costa; Pedro Pinto; Daniel Marialva; Augusto Silva; João Paulo Guerra; Vitor Dias; Jorge Coelho; Maria Antónia Casquilha; Carlinda Loureiro, António Fernando Andrade e Dr. José Vaz.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra? Então, quem votou a favor? Sete votos a favor e ninguém contra. Faz favor, declaração de voto. Há duas Declarações de Voto. Tem a palavra o Senhor Deputado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O Senhor Deputado João Paulo Guerra:

- Muito Obrigado.

Ora, boa noite, outra vez.

Ora, a Declaração de Voto é: O Relatório apresentado refere-se às Contas do Orçamento de 2021 onde a CDU não teve representação municipal. Pela qual nos abstemos.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Sim Senhor. Senhor Deputado, faz favor.

O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:

- Boa noite a todos, novamente.

A Declaração de Voto, para justificar a abstenção, não é, de todo uma abstenção relativamente à gestão material daquilo que foi, materialmente, a gestão da Câmara nos últimos 4 anos. Mas, de facto, acho que impõe-se algum rigor, em particular quando falamos em matéria de Provisões e de uma Contingência que chega ao valor de 1.3 milhões de euros.

Acho que deveria ter havido uma justificação a nível de Relatório de Contas, que eu não vejo através dos Mapas, como está imposto pelo Normativo vigente. E, por essa razão vejo-me esforçado a abster-me a esta Prestação de Contas.

Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- A sua Declaração de Voto, ó Senhor Deputado, não está escrita? É, meramente, verbal.

Sim Senhor.

Então, está aprovada a Prestação de Contas com sete votos a favor. Passaríamos, então, à aprovação da minuta.

A Senhora Primeira Secretária Carlinda Duarte de Jesus Oliveira Loureiro:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.2 - Apreciação e votação, nos termos do artigo 25.º, n.º 2, al. 1), da Lei n.º 75/2013, de 12/09, dos documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2021 e remessa dos mesmos ao Tribunal de Contas, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 7 votos a favor, 0 votos contra e 16 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, vamos à votação da minuta: Quem se abstém? Quem vota contra? Está aprovada a minuta por unanimidade.

Ponto 2.3 - Aprovação da 1.ª Revisão Orçamental do ano de 2022. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Muito obrigado Senhor Presidente.

De uma forma bastante sucinta, a Revisão n.º 1 ao Orçamento da Receita de 2022 tem a ver com a integração do Saldo da Gerência e com o reembolso do IVA. Valor que perfaz 905.993,03 euros. E, depois, a respetiva distribuição pelas rubricas.

Dizer também, obviamente, que o que nós estamos aqui a falar é, meramente, contabilístico, porque muita desta Receita já está, obviamente, consumida, digamos assim. O valor foi distribuído pelas rubricas mais necessárias que aparecem neste Orçamento, de facto, muitas das rubricas, como está no documento, dá para ver que já estão, com os Compromisso e com a faturação que chegou, consumidas. E, portanto, houve necessidade desta Revisão Orçamental. Não foi possível um Saldo suficiente para as Despesas suportarem em virtude do que acabámos de dizer. Algumas das Despesas englobadas são respeitantes ainda ao anterior Executivo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

As rubricas mais necessitadas são rubricas para melhoria da Requalificação do Concelho, como a Requalificação Urbana do Concelho, de 50.000,00 euros para empreitadas, jardinagens, arruamentos e matérias-primas, entre outras; 40.000,00 euros para a limpeza das faixas de gestão de combustível, que está a ser lançado também o concurso e que foi necessário fazer Reforço para assegurar essa empreitada; a Requalificação da Rede Viária do Concelho em 30.000,00 euros e foi também necessário reforçar algumas rubricas de empreitadas que se encontram em fase de execução e pela qual surgiu necessidade de elaborar Trabalhos Complementares como, por exemplo, o CRO, o Centro de Recolha Oficial Canil e Gatil em mais 77.500,00 euros, que quase duplica o valor da empreitada original e, eventualmente, do que lá também os Trabalhos Complementares não terão encerrado por aqui e o valor acabará por ser, sensivelmente, poderá ultrapassar até no dobro do valor inicial; a Requalificação do Mercado Municipal de Nelas e Espaço Envolvente, com o Reforço das tais Obras Complementares, em mais 70.000,00 euros; a ETAR da Ribeirinha, em Canas de Senhorim, com um Reforço de mais 60.000,00 euros; a Rotunda do Chão do Pisco que é alvo de financiamento da Infraestruturas de Portugal e foi um empréstimo que foi contratualizado, mas cujo valor em Trabalhos a Mais teve que levar esta orçamentação de mais 30.000,00 euros e o CAVES com o Reforço de 30.000,00 euros também para o Projeto continuar. Sobre o Projeto CAVES, na próxima Assembleia iremos dissecar melhor a questão do Projeto CAVES e com o processo que, ultimamente, também temos vindo a acompanhar.

Uma vez que a Receita aqui englobada não é suficiente para as Despesas que estão previstas foi também necessário proceder à retirada desse valor nalgumas rubricas que consideramos ter algum excedente e, portanto, possam-me permitir que essa Revisão Orçamental possa ser feita.

Portanto, deixo também essa nota e esperar que a Assembleia, na expectativa que seja aprovada esta Revisão Orçamental.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer fazer alguma intervenção sobre esta Revisão Orçamental? Não.

Então, passaríamos à votação. Quem se abstém? Quem vota contra? Um voto contra do Senhor Deputado João Paulo Almeida. Então, está aprovada esta Revisão Orçamental por 22 votos a favor e um voto contra.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.3 - Aprovação da 1.ª Revisão Orçamental do ano de 2022, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 22 votos a favor, 1 voto contra e 0 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, vamos votar a minuta: Quem se abstém? Quem vota contra? Aprovada por unanimidade a minuta.

Ponto n.º 2.4 - Designação de um Presidente de Junta de Freguesia, em representação das Freguesias do Concelho, para a Constituição do Conselho Municipal de Educação.

Eu sugeria a interrupção dos Trabalhos por dois minutos para que os Senhores Presidentes de Junta se reunissem para designarem entre si quem seria o Senhor Presidente de Junta que iria integrar este Conselho Municipal.

Portanto, interrompemos os Trabalhos durante dois minutos. Senhores Presidentes de Junta, faz favor, reúnam, juntem-se ali naquela salinha. Então, dois minutos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Então, continuando os Trabalhos, eu presumo que os Senhores Presidentes de Junta já chegaram a consenso quanto à designação. Se tiverem o resultado, agradecia que o entregassem na Mesa. Então, é o Senhor Deputado Presidente da Junta de Vilar Seco, Pedro Morais.

Então, alguém quer fazer alguma intervenção sobre esta designação do Senhor Presidente de Junta? Não. Então, passaríamos à votação. Estão-me aqui a referir que é por voto secreto por haver intervenção de pessoas. Foi proposto por eles. Não precisamos disso.

Pronto, então: Quem se abstém? Quem vota contra? Está aprovada por unanimidade a designação do Senhor Presidente de Junta de Vilar Seco, Pedro Morais.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.4 - Designação de um Presidente de Junta de Freguesia, em representação das Freguesias do Concelho, para a Constituição do Conselho Municipal de Educação, foi posto à discussão, tendo sido designado o Senhor Pedro Miguel Marques Morais, tendo sido aprovado com 23 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, quanto à minuta: Quem se abstém? Quem vota contra? Está aprovada por unanimidade.

Passaríamos, então, agora ao ponto 2.5 do Período da Ordem do Dia, que é a Aprovação do Acordo de financiamento das atividades exercidas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de delegação de competências relacionadas com o Sistema de Mobilidade e Serviço Público de Transporte de Passageiros no ano de 2022 a celebrar entre a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e os seus Municípios Associados.

Eu dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para me esclarecer aqueles dois valores que vêm nos respetivos Mapas, de 20.000,00 euros e 40.000,00 euros.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado, Senhor Presidente da Assembleia.

Isto também está lá devidamente plasmado. Tem a ver com o facto dos 41.000,00 euros serem o valor da comparticipação do Município. Estamos a falar aqui que os Transportes são assegurados no âmbito da Comunidade CIM Viseu Dão Lafões e, portanto, depois é feito o rácio consoante os Transportes e os Serviços que cada Município tem, no âmbito da CIM. E depois é feito o cálculo por cabeça que envolve e dá estes valores.

No Município de Nelas são 41.253,22 euros. No outro Quadro, o reforço tem a ver é o que está no próprio Programa. Tem sido difícil também contratualizar. As empresas têm muitas exigências, não só com os percursos mas com alterações de percursos e depois com os custos, também em grande parte, dos aumentos de combustível. As empresas também se têm aproveitado um pouco disso. E, portanto, o que há é um reforço de toda a CIM, em todos os Concelhos. E, portanto, este valor supletivo, proporcional. E o proporcional a Nelas são estes 19.748,00 euros. Sendo que a votação, em termos de CIM, não foi por unanimidade, porque houve a abstenção do Município de Viseu, no que concerne a este contrato, porque o Município de Viseu queria outra forma de pagamento e os outros Municípios e bem, como no passado, também não concordaram, tentar ficar aqui de fora na parte do destino também. E, obviamente, que os outros Municípios não concordaram e bem e estabeleceu pelo que tinha sido feito até agora.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Concluiu, Senhor Presidente?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Sim Senhor.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Algum Senhor Deputado quer fazer alguma intervenção sobre estes Transportes Públicos de Passageiros? Como nenhum dos Senhores Deputados quer fazer nenhuma intervenção, então íamos submeter o documento à sua aprovação.

Quem se abstém? Quem vota contra? Um voto contra. Com Declaração de Voto.

Então, faz favor, Senhor Deputado.

O Senhor Deputado João Paulo Guerra:

- Muito obrigado Senhor Presidente.

Tendo em conta que se pede um reforço de verbas ao Município para colmatar perdas das Operadoras de Transporte a propósito da pandemia e considerando que as mesmas receberam apoios públicos do Estado, nomeadamente por via do lay-off e que também as suas despesas foram reduzidas por não realizarem os serviços, não se justifica, na nossa opinião, que sejam as Autarquias a suportar os encargos quando o Estado Central ainda não compensou os Municípios com o volume de despesas que teve com o combate à pandemia.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Então, não havendo mais intervenções, íamos votar a minuta.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.5 - Aprovação do Acordo de financiamento das atividades exercidas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de delegação de competências relacionadas com o Sistema de Mobilidade e Serviço Público de Transporte de Passageiros no ano de 2022 a celebrar entre a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e os seus Municípios Associados, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 22 votos a favor, 1 voto contra e 0 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, relativamente à minuta: Quem se abstém? Quem vota contra? Aprovada a minuta por unanimidade.

Passaríamos ao ponto 2.6 da Ordem do Dia - Aprovação da Proposta/Minuta de Contrato de Delegação de Competências do Município de Nelas no Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado Senhor Presidente da Assembleia.

Se não vir também nenhum inconveniente, falaria, simultaneamente, do ponto 2.6 e do ponto 2.7. Têm aqui algumas especificidades, é verdade. Mas são mínimas.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- À, exatamente, se não se importa, são dois pontos que apenas divergem nos valores.

O Senhor Presidente da Câmara:

- O que nós estamos a falar aqui, tem a ver no âmbito da Delegação de Competências. Nós já falámos sobre isso. E as responsabilidades que estão subjacentes. Nas reuniões que foram realizadas entre o Município e os Agrupamentos de Escolas sobre este processo da Transferência de Competências foi sempre também colocado em cima da Mesa a questão de haver depois uma Delegação de Competências do Município para os Agrupamentos.

Tanto o Município, como os Agrupamentos, julgavam que faz sentido. É um exercício de funções que os Agrupamentos estão habituados e que o Acordo que haveria era no sentido de, nomeadamente, nos Blocos C e D, que têm a ver com o funcionamento e com o quotidiano dos Agrupamentos, a verba que fosse recebida pelo Município, no âmbito das transferências, fosse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

transferida para os Agrupamentos e manter-se-ia a atividade e o quotidiano escolar da mesma forma como até agora, sem fazermos essa interrupção.

Há aqui duas, ou três questões que importa que sejam relevadas. A primeira tem a ver, que é só um documento, que não é final. Mas há necessidade também de ser aprovado por um a questão. O próprio documento fala nos períodos, no 1.º, 2.º e 3.º período. Mas também é um documento que também já estará preparado para ser um documento final para vigorar em anos letivos também.

Agora, como esta Delegação de Competências também foi feita agora, há também uma necessidade grande de que seja aprovado em Assembleia Municipal para que possamos proceder às transferências para os Agrupamentos para que o seu quotidiano não seja interrompido. Sendo que este era o compromisso que havia do Município com os Agrupamentos.

E, num primeiro momento de reflexão pouco havia para limar, excetuando, uma, ou outra questão. E há aqui a questão dos refeitórios, mais em particular, porque o Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim tem o refeitório próprio. Não recorre a prestação externa, ao contrário do Agrupamento de Escolas de Nelas. E era uma questão que também foi afluída nesse sentido.

E, depois, portanto, depois de termos este Acordo, digamos assim, de Princípio, também com o Princípio de o documento pudesse ser depois revisto e vai ser revisto. Há umas reuniões agendadas para maio e para junho e para fazermos a parte da avaliação, quer como está a decorrer o processo da Delegação de Competências, que é para depois fazermos um Balanço do ano letivo e perspectivarmos, digamos assim, o ano letivo seguinte com os ajustes que sejam necessários fazer porque isto é um procedimento novo.

A ideia, aqui, era não atrapalhar, não criar qualquer entrave ao desenrolar do ano letivo e achamos que esta seria a solução mais adequada, não invalidando que este documento depois seja revisto neste processo que nós estamos todos a viver de novidade no que concerne a esta Delegação de Competências.

Depois disso, o documento foi enviado e surgiram depois, naturalmente, outras questões que têm a ver até com a parte de financiamentos. Mas o que está também acordado com os Senhores Diretores dos Agrupamentos de Canas de Senhorim e de Nelas é que todos esses contributos serão, naturalmente, analisados e revistos, em particular para o próximo ano letivo, sendo que este Protocolo, o objetivo é mesmo, a partir do momento em que se for aprovado, como esperamos, aqui na Assembleia Municipal, permitirá que sejam feitas, imediatamente, as transferências para continuar a decorrer o ano letivo da forma como tem que decorrer agora, que também falta pouco para acabar o ano letivo e não criarmos aqui nenhum constrangimento. Portanto, é nessa aceção.

Os contributos também são todos válidos. Há aqui questões depois também a ver, nomeadamente com uma componente que tem a ver com a parte da Requalificação das Escolas, que há uma verba. Portanto se o Bloco C e D é pacífico, a transferência das verbas tem a ver com a parte das verbas que são consignadas para a Requalificação dos edifícios. Cada edifício tem uma dotação orçamental de 20.000,00 euros anuais: 20.000,00 euros para a Escola Secundária de Nelas; 20.000,00 euros para a Escola Secundária de Canas de Senhorim e 20.000,00 euros para a Escola Dr. Fortunato de Almeida. E, portanto, é este valor da Requalificação dos edifícios que poderá estar e de conservação também dos espaços, que terá que ter uns ajustes aqui também para vermos a melhor forma de fazer isto.

Basicamente e para, de imediato ser aprovado. Foi aprovado e reunião de Câmara para ser trazido à Assembleia Municipal de forma a ser deliberado para que consigamos já, se for



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

aprovado, imediatamente, segunda-feira proceder à transferência para o efeito que nós invocámos. Se houver alguma dúvida que, entretanto, eu possa esclarecer, estou disponível.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Por causa da gravação, ó Senhor Deputado.

O Senhor Deputado António Borges Santos:

- Mais uma vez, boa noite.

Portanto, eu tenho aqui uma proposta deste Contrato e, de facto, aqui vê-se já que com a Transferência de Competências para as Autarquias já cá há quem perdeu. São os Agrupamentos. Os Agrupamentos, neste, como já disse o Senhor Presidente, que ia ser revisto. Mas os Diretores deixam de ser Gestores para serem Executantes, pura e simplesmente. Só transfere para os Agrupamentos trabalho, que é receberem, pagarem e prestar Contas.

Porque é que eu digo isto? Porque é que eu digo que só delegou trabalho? Na Gestão anterior, os Agrupamentos recebiam a verba por blocos, mas depois tinham o poder de gerir e transferir verbas de um bloco para outro.

O que é que isto dava azo? Dava azo a que, se conseguíssemos poupar nos gastos correntes, electricidade, gás e não sei quê, nós podíamos pegar nesses valores e imputá-los às pequenas obras.

Acontece que, como o Senhor Presidente também já disse, cada Escola tem o direito a 20.000,00 euros e que aparecem 5.000,00 euros, $\frac{1}{4}$. Mas, se os Diretores concordaram e se está previsto, de facto, que este vai ser revisto, não tenho nada, nada a opor. Portanto, os Diretores é que têm que ver.

Na minha perspectiva de Ex-Diretor, acho que este Contrato é um bocado redutor para os Diretores dos Agrupamentos. Portanto, passam a ser Executores, única e simplesmente. Mas, pronto. Eles é que sabem.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecimentos.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado Senhor Presidente da Assembleia.

Ó Professor Borges, eu tenho um entendimento, precisamente, ao contrário. Mas respeito o seu, como é normal. E espero que também respeite o meu.

Eu acho que quem perde, essencialmente, são os Municípios porque passam a ser meros, quem faz o trabalho de Secretaria são os Municípios. O processamento de vencimentos obriga, por exemplo, a uma coisa, que é assim: Nós estamos a fazer vencimentos em dois tempos porque não há disponibilidade financeira para fazer o pagamento na mesma altura. Os vencimentos dos Funcionários do Município são numa data e é respeitada. Os vencimentos dos Funcionários das Escolas também estão a ser respeitados e é noutra data.

E, como lhe disse há pouco, inclusivé logo no primeiro vencimento houve até uma falha de 6.000,00 euros, que foi custeada pelo Município. E funcionou. E os Município, nisto, funcionam com a parte de ficar com a Gestão, somente, da parte administrativa, de processamento de vencimentos, de inventariação de faturação. Eu acho o contrário. Esta Delegação de Competências nos Agrupamentos permite aos Diretores e aos Agrupamentos manterem o Exercício que tinham até agora. E não é castrador, nem limitador. Bem, pelo contrário.

As rubricas decorrem do que é o enquadramento do que deveria ser. Embora, sempre estive em cima da Mesa que isso fosse feito. Não deixa de ser curioso que o Senhor Deputado António Borges fale que esta questão da transferência de verbas permitia angariar verbas para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

realizar pequenas obras e depois queixar-se que há pouco dinheiro para esse efeito também. Não deixa de ser um paradoxo o seu raciocínio. Mas é o seu. Mas é o seu.

Isto, para lhe dizer o quê? Que é o seguinte: A mudança de rubricas, de facto, fazia com que se pudesse apurar verbas que pudessem depois, como houve a intervenção, até na própria Escola Secundária de Nelas, estaria, eventualmente, a falar disso. Portanto, ao transferir-se essas rubricas, se calhar, não era necessário o reforço da verba que havia. Esta verba, os 5.000,00 euros, que está acordada, é, meramente, indicativa porque estamos a falar de ano letivo, que também é feita de transferências através de duodécimos. E, isso foi garantido, Professor Borges.

Portanto, é nesse sentido que foi feito. Portanto, o que nós dissemos é que depois estava em cima da Mesa no processo de Transferência de Competências, nomeadamente, a questão que tem a ver com as despesas assumidas dos seguros, essas vão, como não são custeadas, essas têm que ser asseguradas. Parece-me, demasiadamente, evidente que é uma despesa acrescida porque não vem na almofada financeira. Não invalida, que está em cima da Mesa desde a primeira hora, que se possa ser feito um alargamento no que concerne às responsabilidades na Requalificação do espaço dos Agrupamentos com os Municípios. Mas isso está em cima da Mesa.

Agora, convenhamos, o que diz o Senhor Deputado é verdade. A mudança de rubricas de uma para outra e as poupanças que faziam, eram para as pequenas obras. Então, não é necessário, se calhar, então os 20.000,00 euros da conservação.

Obrigado Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Nós vamos receber até ao final do ano. Isto é feito por duodécimos. E, portanto, o que nós temos em cima da Mesa é em junho, volto a dizer outra vez, fazer uma avaliação e adequar. Da parte do Município não há vontade nenhuma em ter. Isso, posso-lhe assegurar isso. Não há vontade nenhuma em gerar Receita, ou arrecadar Receita através desta questão, castrar a parte da Educação que seja.

Se podermos chegar a um entendimento que a parte da conservação dos edifícios é uma responsabilidade exclusiva dos Agrupamentos e se os Agrupamentos acharem que esta verba é suficiente e não precisam da Autarquia em apoio supletivo, está em cima da Mesa, aliás como continua a estar.

Portanto, a garantia que posso dar, não sei se é essa a sua inquietação: Não há objetivo algum do Município em que, através da transferência de verbas, seja uma fonte de rendimento, ou de cativação de verbas. Isso não há, excetuando aquela questão, que me parece correta, da questão dos seguros dos Trabalhadores. E isso é um compromisso que o Executivo assume.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente.

Então, se o Plenário se não opuser, podemos pôr à votação os dois Contratos. Muito bem. Então: Quem se abstém? Quem vota contra? Estão os dois Contratos aprovados por unanimidade.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.6 - Aprovação da Proposta/Minuta de Contrato de Delegação de Competências do Município de Nelas no Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 23 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

MINUTA DA ATA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O ponto 2.7 - Aprovação da Proposta/Minuta de Contrato de Delegação de Competências do Município de Nelas no Agrupamento de Escolas de Nelas, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 23 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quanto às minutas são as duas minutas iguais. Então, vamos agora votar as minutas. Quem se abstém? Quem vota contra? Então estão aprovadas as duas minutas por unanimidade.

Então, dava por encerrado este Período da Ordem do Dia e passaríamos, então, ao terceiro Período que é a Intervenção do Público. Do Público, parece que há duas inscrições. Então, Dr. Manuel Marques, de Vila Ruiva, o assunto, faz favor? Esta Conta de Gerência. Sim. Artigo 26.º, do Regimento? Então, mas vem pedir esclarecimentos? Há muito bem. N.º 2, do Artigo 26.º - Esclarecimentos. Sim Senhor.

Então, a segunda intervenção. Nome completo? O seu nome completo? Arlindo Rodrigues Duarte, de Urgeiriça. E o assunto? Sugestões de obras a executar pelo atual Executivo. Sim Senhor. Temos meia hora. Dou cinco minutos a cada um dos intervenientes, em termos Regimentais.

Então, Dr. Manuel Marques, faz favor.

O Senhor Dr. Manuel Marques:

- Muito boa noite.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senhoras Secretárias,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores,

Senhoras Vereadoras,

Senhores Membros da Assembleia,

Digníssimo Público.

Senhor Presidente da Assembleia, eu apelava ao seu bom senso para que os cinco minutos fossem ultrapassados, dado que foi versado aqui pelo Senhor Professor Dr. António Borges, meu grande Amigo, a Gestão de 2013 e é uma questão de defesa da honra. Por isso, Senhor Presidente da Assembleia, eu pedia-lhe esse esclarecimento. Quando o ouvi, lá de cima, intervir, disse: Borges, mas disso já vamos falar.

Eu, hoje, sinto-me aqui um homem triste e um homem feliz. Um homem triste e um homem feliz, porque fui Aferidor e não esqueço o meu passado. Se puser a felicidade, se puser a tristeza, nos pratos da balança, Minhas Senhoras e Meus Senhores, ela tende para a tristeza porque vejo uma Câmara que, se fosse uma empresa, estava em plena insolvência.

E plena insolvência, para não dizer, ou digo mesmo, falidíssima. Porquanto se dizia em 2013 que a Câmara estava falida. Aliás, fui vítima de vários ataques, quer eu, quer a Senhora Presidente da Câmara de então, por as Contas que nós deixámos nesse ano.

Quero dizer que em 23 de dezembro de 2013, assinado pelo então Vice-Presidente da Câmara, Dr. Alexandre Borges, as Disponibilidades somariam: as Dívidas a Fornecedores existentes eram na quantia de 483.000,00 euros e dívidas a Empreiteiros 297.000,00 euros. É o que diz aqui neste papel assinado pelo Senhor Dr. Alexandre Borges. Ora, quero dizer que a dívida a Empreiteiros e a dívida a Fornecedores somava 780.584,54 euros.

Depois, verificamos que a dívida a Fornecedores em 2021 é de 1.917.456,99 euros, quando em 2020 era 1.177.000,00 euros. É pleno, perfeito eleitoralismo. Aumentámos 740.000,00 euros para eleições no ano de eleições.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Dívidas sem confirmação: Em 2013 deixámos 819.000,00 euros, dizia para aqui escrito, que não era, eram 750.000,00 euros, com uma lista, com uma relação nominal. E quando o novo Executivo chegou à Câmara verificava a quem se devia. Fui eu que a assinei em vez da Senhora Presidente da Câmara.

Hoje, depois do que resulta das intervenções que me antecederam, dos Senhores Membros da Assembleia, que a relação de dívidas sem cabimentos, sem fundos disponíveis, chega a 1.378.075,00 euros.

Para quem nos quis matar em 2013 por termos deixado 750.000,00 euros que dinheiro que deixámos no Banco para pagar, conforme resulta deste e-mail, enviado pelo Presidente da Câmara de então, a meu pedido, que dizia: 755.000,00 euros que se encontram refletidos no Mapa de Disponibilidades, apresentado na reunião de Câmara, está aplicado no BCP Millennium até 15/12/2014, com uma taxa de 2%, que renderá para o Município, para o Concelho, 6.000,00 euros. Está aqui. Não fui eu que o fiz. Portanto.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Dr. Manuel Marques.

O Senhor Dr. Manuel Marques:

- Terminei já, Senhor Presidente da Assembleia.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Eu só gostava de saber que esclarecimentos é que pretende?

O Senhor Dr. Manuel Marques:

- Calma. Não, não. Eu, depois já peço, já os peço. Na parte final, já os peço. Eu já os peço. E, depois, temos um aumento do FEF de 2021 para 2020 no valor de 80.000,00 euros. Eu pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se os dados que eu aqui li, é esse o meu esclarecimento. Fiz este preâmbulo para o Senhor Presidente da Câmara me responder, de imediato, se assim o entender.

Senhor Presidente da Câmara, eu pergunto-lhe se estes dados que eu disse das faturas irregulares, que se depreenderam aqui das vossas intervenções, são verdadeiros esses valores? Se o valor da dívida bancária. É esta a minha intervenção, Professor Borges. Se o valor da dívida bancária sem aqueles 2 milhões de euros de empréstimos contratualizados, se é, efetivamente, de 17 milhões de euros, quando em 2013 era de 14 milhões de euros?

Vê-se aqui, de facto, sim, 2013, era de 14 milhões de euros. Está aqui escrito na ata. Está aqui escrito. O Senhor Vereador, se está a duvidar eu leio-lhe a ata. Calma lá. Eu leio-lhe a ata. Espere aí. E o Senhor vai consultá-la. Não, já vamos ver se pode, ou não pode. Vamos ver se é verdade, ou mentira. É esse o meu esclarecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Enquanto o Dr. Manuel Marques organiza os papéis.

O Senhor Dr. Manuel Marques:

- Já estão organizados. Não me lembrava da ata. É a ata do aniversário de 4 de dezembro de 2013.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Qualquer Cidadão, é só um minuto, pode solicitar os esclarecimentos que entender sobre assuntos relacionados com o Município. É isso?

O Senhor Dr. Manuel Marques:

- É isso que eu estou a perguntar. Eu dou os números e quero-os confirmados. É isso que quero que o Senhor Presidente diga.

O Senhor Presidente da Assembleia:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Muito bem. Faz favor. Dou-lhe mais dois minutos.

O Senhor Dr. Manuel Marques:

- Situação financeira. Resumo Contabilístico: A dívida a curto prazo era em 25 de outubro de 2013 de 708.000,00 euros. A dívida a médio e longo prazo é de 14.521, 914,00 euros. Está aqui, Senhor Presidente. Eu quero perguntar, se me permite, ao Senhor Presidente da Câmara, se esta ata é, ou não, verdadeira? É isso que eu o quero interpelar. Da Câmara Municipal. É verdadeira.

Meus Amigos, eu vou terminar aqui, Senhor Presidente da Câmara, já. Vou já terminar. Só para dizer o seguinte: Não pensem alguns que vão passar impunes a isto. Não pensem alguns do Partido Socialista que vão passar impunes porque eu sofri na carne e na pele processos judiciais. Qualquer irregularidade do anterior Executivo eu vou segui-la por uma questão de justiça, não é de vingança porque a justiça tem que ser feita.

Muito obrigado Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Então, a segunda intervenção da noite. Senhor Arlindo Duarte, em termos Regimentais, sabe que também tem cinco minutos no máximo. Faz favor.

O Senhor Arlindo Rodrigues Duarte:

- Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Senhores Deputados,
Senhores Presidentes de Junta,
Estimado Público,
Boa noite a todos.

Primeiro que tudo, gostaria de fazer uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara sobre o seguinte: Quando é que está prevista a Auditora estar pronta? Porque todos nós andamos aqui e, por vezes, não pedimos obras, para fazer obras, porque não sabemos como é que está, financeiramente, o poder económico da Câmara. Mas, mesmo assim, tenho aqui pequenas coisas urgentes para a população do nosso Concelho, que é:

Na Rua da Bela Vista, nas Calda da Felgueira, encontra-se um buraco enorme, dando cabo dos transportes, das viaturas que passam lá.

Na Rua 1 de Julho, de Canas de Senhorim, a Rua foi cortada em dois lados, na totalidade e 50% noutra sítio, já há mais de 2 meses, que não repostos o alcatrão. Portanto, aquilo e agora, com a chuva, pior. É certo e aí tenho que reconhecer e dar a mão à palmatória, que também já lá andou duas, ou três vezes a pôr terra nesses buracos. Atravessa, completamente. A Rua 1 de Julho é aquela Rua que vai de Canas de Senhorim. Aliás, eu vou mais longe, Senhor Vereador. Aquela Rua é uma das Ruas que não tem nome, digo eu, porque não tem placas. É a Rua que vai de Canas de Senhorim para o Jardim-Escola João de Deus. Portanto, está cortada em dois lados, grandes buracos.

A Estrada de Carvalhal Redondo, fizeram-na de um lado, que na minha opinião, apesar de ser leigo na matéria, acho que está bem-feita aquela meia cana, como queiram chamar, do sentido Carvalhal Redondo - Canas de Senhorim, do lado direito. Do lado esquerdo não mexeram em nada. Portanto, a obra parou só ali. E o alcatrão também não está, verdadeiramente, posto porque, evidentemente, falta também recompor a faixa do lado esquerdo no sentido Carvalhal Redondo - Canas de Senhorim.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Também já há bastante tempo, há anos mesmo, que encontram-se meia dúzia de metros quadrados por alcatroar ao pé da Igreja de Santar. Foi uma altura que fizeram um muro ali. Recolheram o muro. E são meia dúzia de metros quadrados, a bem dizer. E aquilo está uma miséria, que não tem alcatrão.

Saber como é que está previsto o CRO, o CRO. Pois, aquilo, eu passo lá e aquilo não anda mesmo nada, nada. E os nossos animais abandonados. Há lá Pessoal a trabalhar. E os nossos animais abandonados necessitam mesmo daquelas infraestruturas.

Portanto, era só tudo isto. Esperava que, realmente, houvesse uma atenção da parte da Câmara e os seus responsáveis, evidentemente, que a Câmara não faz nada, são responsáveis, para essas pequenas alterações.

Já agora, andam em Canas de Senhorim a pintar as passadeiras. Será que não há um bocadinho de tinta a mais para pôr uma passadeira na Escola do Fojo onde as crianças entram e saem, constantemente, não têm uma simples passadeira na Escola?

Muito obrigado, sim.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Arlindo Duarte. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer as questões apresentadas pelos dois intervenientes do Público.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado Senhor Presidente.

Dr. Manuel Marques, do que percebi, da questão que era colocada era para saber se os números se eram confirmados, nomeadamente aquela questão de números que vêm refletidos na ata da reunião de Câmara. Sim. A resposta é afirmativa. E os valores apurados foram feitos com os ROC,s e com os Serviços da própria Autarquia. Acho que era essa a questão que o Senhor Dr. Manuel Marque queria colocar.

No que concerne ao Senhor Arlindo Duarte, é assim: Muita da situação financeira da Autarquia foi retratada aqui também, rebatida também e apresentada, com evidências e com números que vêm do próprio Relatório dos Revisores Oficiais de Contas. E o que decorre da Sindicância. Não é uma coisa que nós possamos dizer quando é que estará disponível, ou não. Não depende de nós.

No que concerne às infraestruturas, eu vou começar pela passadeira da Escola do Fojo. Estávamos aqui a falar. Já tínhamos nisso. A passadeira da Escola do Fojo é bom que, enquanto lá estiverem a pintar, aquilo seja feito porque o Senhor Arlindo, de facto, sobre esta passadeira é uma questão que tem falado com bastante, com bastante insistência.

No resto, ficam as anotações também. Se nós dessemos a palavra, se calhar, a todos os Presidentes da Junta que estão aqui, o elencar era também substancial. Mas, naturalmente, que levamos em linha de conta. Sim, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Pode continuar Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Mas percebeu. Ele quer uma passadeira lá. Quer que seja passadeira por causa da segurança. Certo? Senhor Arlindo, muito bem.

Na questão do que concerne ao CRO, ao Centro de Recolha Oficial, falámos nisso também. Não sei se, até, nomeadamente, nos custos que estão associados. O CRO foi alvo também de uma vistoria. E houve questões ali que foram colocadas pelo ICNF que estão a ser resolvidas. Imperativos e também decorrentes do espaço. E o espaço está a continuar a ser edificado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Independentemente do CRO, há outras respostas que estão a ser feitas também. Há custos mensais com outros animais que não estão só no CRO, mas estão também em outras instalações com responsabilidades do Município sobre isso. E são responsabilidades com valores acentuados.

No que respeita às sugestões que fez, são sugestões. Obviamente, que serão também alvo da nossa apreciação. Tentaremos, de alguma forma, também resolver estas e outras questões que também há, que o Senhor Arlindo elencou e que as outras Freguesias também terão outras para elencar. E cá estaremos para tentar resolver isso conforme também for possível.

Termino com a questão da Estrada Carvalhal Redondo - Canas de Senhorim que era uma questão urgente para fazer e julgo que também reconhecerá que o que lá está feito também vem, de alguma forma, salvaguardar muito do que era a preocupação no que concerne à segurança da própria rodovia.

E, obviamente, a outra questão é uma questão que está também em cima da Mesa.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente.

Muito obrigado a todos por terem vindo.

Boa noite.

Bom fim-de-semana.

Está encerrada a sessão.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

Presidente:

Secretária: